



Marlus Carvalho

SANTANA DA AMAZÔNIA

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

326

SENADO FEDERAL



O povo santanense é um gigante que tateia pela escuridão dos séculos o espelho que revele a sua grandeza refletida no valor de seus feitos do passado construído num enredo cheio de reviravoltas, com sucessivas conquistas, abandonos e posterior soerguimentos, às vezes, literalmente do nada. Escrever sobre a nossa história nos faz refletir sobre a nossa trajetória e nos conecta com nossos predecessores, descobrindo a origem de nossa resiliência em um passado que é uma fonte inesgotável de coragem e inspiração.

Falar sobre a nossa origem foi uma tarefa que exigiu muito de mim. Do *insight* inicial das pesquisas até a última linha, este livro foi reescrito diversas vezes. O motivo? Foi uma obra concebida para ser leve e narrativa, mas que no decorrer da pesquisa acabou revelando novas partes do nosso quebra-cabeça civilizatório que estavam soltas e que apontam para um entrelaçamento da constituição do município com a própria gênese do Amapá e da porção setentrional da América do Sul, em especial a Amazônia brasileira, sendo impossível narrar um sem tratar sobre o todo.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série Edições do Senado Federal apresenta títulos de interesse público dos mais variados temas, tais como História, Literatura e Direito. Com mais de trezentos títulos, a série reúne autores de renome, a exemplo de Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo Varnhagen e Juscelino Kubitschek.

As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT), órgão criado pela Mesa Diretora, em 31 de janeiro de 1997, com a finalidade de formular e implementar a política editorial do Senado Federal. O Conselho Editorial recebe, para avaliação editorial e de mérito, propostas que estejam em consonância com as linhas editoriais de seu regimento interno. O autor interessado em publicar por meio do Conselho Editorial deve encaminhar seu manuscrito acompanhado da proposta de publicação para: cedit@senado.leg.br

Para mais informações, acesse: www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1

Santana da Amazônia

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Marlus Carvalho

Santana da Amazônia

A ocupação e conquista de Santana e o seu
papel para a consolidação da Amazônia
brasileira (1492-1758)

Edições do Senado Federal
vol. 326

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL.326

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Gonçalves e Cristiano Ferreira

Capa: Thomas Gonçalves e Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Cintia Barbosa

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Carvalho, Marlus.

Santana da Amazônia: a ocupação e conquista de Santana e o seu papel para a consolidação da Amazônia brasileira (1492-1758) / Marlus Carvalho. — Brasília : Senado Federal, 2024.

119 p. : il., gravs., mapas. — (Edições do Senado Federal ; v. 326).

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-529-7

1. Santana (AP), história, séc. XV-XVIII. 2. Amapá, história, séc. XV-XVIII. I. Título. II. Série.

CDD 981.116

LISTA DE FIGURAS

Mapa I – Proto-Brasil em 1600	31
Mapa II – Nações do Amapá em 1600	33
Mapa III – População nativa de Santana e entorno em 1600	35
Mapa IV – Recorte João Teixeira Albernaz	37
Mapa V – Recorte do mapa de Ioanne De Laet de 1630	60
Mapa VI –Territórios do proto-Amapá.	64
Mapa VII – Mapa detalhe do Sertão Tucujus	67
Mapa VIII – Comparativo do Recorte Chat Taton e Google Earth	68
Mapa IX – Santana Ancestral	72
Mapa X – Territórios de ocupações europeias na Amazônia de 1620	90
Mapa XI – Posições das três potências em 1616	92
Mapa XII – Linha do tempo das fortificações de 1629 a 1758	108

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal</i>	
INTRODUÇÃO	13
1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO	17
1.1 Um outro mundo de um outro tempo	17
1.2 O cenário político da Europa	19
1.2.1 <i>Oriente: O Centro Comercial do Mundo</i>	20
1.2.2 <i>As grandes navegações</i>	21
1.2.2.1 <i>O Pioneirismo Português</i>	21
1.2.2.2 <i>Inglese: As tentativas pelo norte da Europa</i>	22
1.2.2.3 <i>Os espanhóis: Rumando para o oeste</i>	23
1.2.3 <i>O protagonismo espanhol</i>	23
1.2.3.1 <i>O papa espanhol e o Tratado de Tordesilhas</i>	23
1.2.3.2 <i>A União Ibérica e a hegemonia mundial</i>	24
1.2.3.3 <i>O domínio sobre a Holanda em 1516</i>	25
1.3 As consequências no Novo Mundo	25
1.3.1 <i>O Império Inca</i>	26
1.3.2 <i>O centro da riqueza do mundo</i>	27
2 O SERTÃO TUCUJUS ANTES DOS EUROPEUS	29
2.1 O Proto-Brasil	29
2.2 O Proto-Amapá	31
2.2.1 <i>O tamanho da população</i>	33
3 A FASE EXPLORATÓRIA DA AMAZÔNIA	39
3.1 Os Movimentos dos Europeus do Norte	42
3.1.1 <i>A Força do Medo</i>	42
3.1.2 <i>A Força dos Sonhos</i>	43
3.1.3 <i>A Força da Razão</i>	44

3.2	As relações de Poder	48
3.3	A Companhia Amazônica	49
3.4	As terras santanenses nas cartas de concessões	52
3.5	Aliança holandesa	53
4	OCUPAÇÃO E COMÉRCIO NO SERTÃO TUCUJUS	55
4.1	Acidentes geográficos	55
4.2	As primeiras ocupações	57
4.3	Tipos e localização das aglomerações humanas	58
4.3.1	<i>Tipificação das aglomerações humanas</i>	58
4.3.2	<i>A localização das aglomerações humanas</i>	61
4.4	Os territórios formados	63
4.4.1	<i>As redes territoriais</i>	65
4.5	O sertão Tucujus ou Bresi	66
4.6	A Santana ancestral	67
4.6.1	<i>Nomes dos acidentes geográficos</i>	69
4.6.2	<i>Ocupação originária</i>	69
4.6.3	<i>As ocupações humanas</i>	70
4.7	Atividades econômicas	73
4.7.1	<i>O custo de implantação dos assentados ingleses</i>	74
4.7.2	<i>O desempenho financeiro</i>	75
4.7.3	<i>Os produtos comercializados</i>	75
4.7.3.1	<i>O tabaco</i>	76
4.7.3.2	<i>O colorau</i>	76
4.7.3.3	<i>A madeira nobre</i>	77
4.7.3.4	<i>A projeção do lucro</i>	78
5	A RESPOSTA IBÉRICA	81
5.1	O pacto ibérico para a defesa do território	81
5.1.1	<i>O papel tupi na conquista</i>	83
5.2	Os antecedentes	85
5.3	A conquista de São Luiz	87
5.4	A Fundação de Belém	89
5.5	A criação do estado do Maranhão	89

6	A GUERRA DE CONQUISTA	91
6.1	Estratégias distintas	91
6.2	As posições estratégicas	92
6.3	Os preparativos	94
6.4	A primeira campanha – as batalhas holandesas	94
6.4.1	<i>O recuo holandês</i>	96
6.5	A segunda campanha – As batalhas Anglo-Irlandesas	98
6.6	A conquista de Santana	100
6.6.1	<i>Os fortes Philipp e Pattacue</i>	100
6.6.2	<i>O Forte Cumaú</i>	102
6.6.3	<i>A batalha final</i>	105
7	CONSEQUÊNCIAS	107
7.1	A consolidação do domínio português	107
7.1.1	<i>A fundação do Amapá</i>	107
7.1.2	<i>A conquista da Amazônia</i>	108
7.2	A constituição das Guianas	109
7.3	A vitória do Estado patrimonialista	109
7.4	O extermínio e a subjugação indígena	110
7.5	O abandono da Santana e o Tratado Provisional	110
7.5.1	<i>A Constituição do povoado e seu desprestígio</i>	112
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

PREFÁCIO

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

Esta obra é um convite para mergulhar em mais de 400 anos de história repleta de fatos e dados que surpreendem não apenas pelo realismo dos acontecimentos registrados, mas, sobretudo, pelos detalhes minuciosos descritos em cada página.

O autor empreendeu uma jornada de conhecimento ao coletar e traduzir documentos originais, do período entre 1498 e 1680, até então pouco explorados, incluindo preciosos relatos de viagens e mapas da época, nos trazendo a possibilidade de desvendar acontecimentos e compreender a história de Santana de forma inédita.

Inconformado com a ausência de referências literárias sobre identidade cultural e social do povo de Santana, o autor buscou nesta pesquisa contribuir para o resgate histórico da cidade, trazendo à luz, com esforço, dedicação e coragem, uma historiografia nova e precisa que nos remete à formação social desse território.

A descoberta de imponentes jazidas de prata e de ouro na América do Sul, na virada do século XVI para XVII, deslocou o movimento migratório do oriente para a América e, como consequência, desencadeou um intenso período de colonização e expansão territorial.

É no cenário de crescente interesse pela foz do Rio Amazonas e suas riquezas, que Santana se tornou a porta de entrada para os colonizadores europeus (ingleses, espanhóis, holandeses e portugueses). A Ilha, localizada à margem esquerda do Amazonas, passou a ser a conexão privilegiada entre a Europa e a região:

Santana foi um local estratégico nas disputas globais das cinco maiores potências mundiais do século XVII, a ponto de Joaquim Caetano da Silva, patrono da 19ª cadeira da academia brasileira de letras afirmar que em Santana “existe qualquer coisa de admirável” e ser “um porto magnífico” e Le Serrec e Émile Carrey declararem que Santana seria “a chave da América Meridional”. (CARVALHO, 2024, pg.3)

Os sete capítulos estão ordenados de maneira cronológica, seguindo a sequência dos principais acontecimentos que marcaram, no decorrer do tempo, a transição entre o antigo povoado de Santana até a sua elevação à categoria de município, em 17 de dezembro 1987.

O resgate histórico da cidade, da sua identidade e da resiliência de um povo fiel às suas raízes, realizado em “Santana da Amazônia”, é fonte de informação e de conhecimento para o presente e um importante legado para as futuras gerações de santanenses sonharem, construir e conquistarem o futuro com determinação.

Santana, 15 de maio de 2024

INTRODUÇÃO

O povo santanense é um gigante que tateia, pela escuridão dos séculos, o espelho que revela a sua grandeza refletida no valor de seus feitos do passado, construído num enredo cheio de reviravoltas, com sucessivas conquistas, abandonos e posterior soerguimentos, às vezes, literalmente do nada. Escrever sobre a nossa história nos faz refletir sobre a nossa trajetória e nos conecta com nossos predecessores, descobrindo a origem de nossa resiliência em um passado que é uma fonte inesgotável de coragem e inspiração.

Falar sobre a nossa origem foi uma tarefa que exigiu muito de mim, do *insight* inicial das pesquisas até a última linha. Este livro foi reescrito diversas vezes. O motivo? Foi uma obra concebida para ser leve e narrativa, mas que no decorrer da pesquisa acabou revelando novas partes do nosso quebra-cabeça civilizatório que estavam soltas e que apontam um entrelaçamento da constituição do município com a própria gênese do Amapá e da porção setentrional da América do Sul, em especial a Amazônia brasileira, sendo impossível narrar um, sem tratar sobre o todo.

E novidade precisa ser fundamentada para não cair em descrédito. Mesmo que não seja um trabalho acadêmico, não desprezou os rigores da ciência, uma vez que novas informações contidas certamente nos farão rever conceitos que precisam ser devidamente estudados. Por isso, ao lançar as primeiras luzes sobre diversos temas pouco estudados, que exigirão aprofundamentos, apresento mais perguntas do que afirmações, elenco mais hipóteses do que conclusões, sobretudo, pelo escasso material disponível sobre os ermos de uma Amazônia há quatrocentos anos. É um ato pioneiro que certamente exigirá melhores fundamentações e revisões.

O primeiro passo foi ter um olhar de distanciamento das opiniões formadas. A primeira voz foi dada àqueles desbravadores que nos deixaram há quase meio milênio buscando, assim, ter a visão de quem viveu

seu tempo. Por isso, me debrucei na coleta e tradução dos documentos originais de 1498 a 1680, incluindo os riquíssimos relatos de viagens e os mapas do período, com particular carinho nos estudos pelo de Ioannes De Laet, de 1630. Além dele, também o de Hessel Gerritsz, de 1625; de Willem Blaeu, de 1635; de Viborg, de 1640; de João Teixeira Albernaz, de 1639; a Carta *Particolare dell Rio d'Amazone*, de 1647 e de Nicolas Sanson d'Abbeville, de 1665.

As lacunas de entendimento, fruto daquilo que não alcancei das fontes originais, busquei suprir primeiro com os documentos oficiais, em especial, os tratados, como o de Tordesilhas, de 1492; o de Londres, de 1609; o de Nimègue, de 1678; o Provisional, de 1700; o de Utrecht, de 1713; o de Madri, de 1750 e o Diretório dos Índios, de 1757, entre outros, e, persistindo as lacunas, a leitura cuidadosa da compilação dos documentos reconhecidos internacionalmente como prova para o Laudo Suíço e, ainda persistindo as dúvidas, busquei as interpretações e opiniões dos gigantes Joaquim Caetano e Barão do Rio Branco. Somente então me debrucei nos documentos acadêmicos, em especial as riquíssimas obras de Joyce Lorimer, James A. Williamson, Lodewijk Hulsman e José Manuel Santos Pérez que dedicaram anos de suas vidas a estudar a relação de suas nações conosco, os quais abriram novas facetas de nossas origens pouco conhecidas que agora divido com você este pequeno vislumbre. Em alguns momentos, o livro ficará cansativo pela busca. Paciência, o parir vida realmente é cansativo, confie, siga.

No mais, acrescento ao vasto conhecimento desses sábios a minha própria vivência nos grotões do território amapaense acumulado em milhares de viagens durante uma vida em busca de desvendar, amar e desenvolver o nosso estado. Essa vivência adiciona aos estudos dos meus mestres não amazônicos o entendimento da dinâmica da floresta, das particularidades da hidrografia regional, que, somadas, impõem exigências de organização territorial ao agroextrativismo para que ele seja rentável, seja no passado, seja no presente e, assim, propor um modelo de como tais assentamentos de 1612 estavam organizados e também elucidar dúvidas de localização com trabalhos de campo.

Esse esforço é necessário uma vez que, durante a Guerra da Conquista, os ibéricos foram diligentes em apagar a presença dos povos que

os precederam no Amapá, destruindo relatos, rebatizando ilhas e rios, arrasando ao rés do chão povoações, exterminando povos e escrevendo sua versão um tanto “barroca” dos fatos. No caso de Santana, todos os verbos deste parágrafo foram aplicados: destruição, apagamento, rebatismo e extermínio.

Na história, a política de esquecimento sempre foi um poderoso instrumento de dominação, pois acaba impedindo o povo de entender adequadamente a sua saga histórica: como bem disse George Orwell, “a história é escrita pelos vencedores.” No nosso caso, primeiro apagada, depois reescrita no século XVIII, cheias de lacunas, e, assim, uma vez reescrita, foi ressignificada e retransmitida nos séculos subsequentes de forma distorcida, reduzindo a importância histórica de Santana.

Porém, o levantamento realizado mostra uma realidade distinta daquela que lemos em pesquisas posteriores a 1758: Santana foi um local estratégico nas disputas globais das cinco maiores potências mundiais do século XVII, a ponto de Joaquim Caetano da Silva, patrono da 19ª cadeira da Academia Brasileira de Letras, afirmar que em Santana “existe qualquer coisa de admirável” e é “um porto magnífico”, e Le Serrec e Émile Carrey declararem que Santana seria “a chave da América Meridional”.

E a despeito de tanto entusiasmo de doutos intelectuais, perduramos com poucas pistas para lermos a nossa fisionomia de povo, temos tão poucas referências diretas em livros, documentos ou museus sobre as nossas raízes, comprometendo o próprio entendimento de nossa identidade. Assim, juntando referências sobre nós em retalhos de discursos históricos de terceiros, construímos narrativas em que ficamos sempre relegados a um papel de coadjuvante, minimizando nossa importância a um papel secundário ou subordinado a terceiros, produzindo uma imagem distorcida de nosso valor e nossa dignidade.

Sem instrumentos consistentes, ficamos alijados do direito de conhecer nossa origem, de ter orgulho de nossa saga histórica e, assim, sem elementos para decodificar adequadamente a nossa própria identidade, fomos incapazes de melhor representá-la cultural, paisagística, gastronômica ou musicalmente, sempre produzindo estéticas e valores emprestados de outros locais, alheias e, portanto, não produtoras de

uma amálgama que nos una, inspire e direcione. Consequentemente, impossibilitados de nos inspirar no passado, temos dificuldade de nos encantar e de projetarmos um futuro vitorioso e próspero.

Essa deficiência de descrever nosso rosto secular, de explicitar onde reside nosso valor, valor que aponta uma direção civilizatória, foi o que me motivou a pesquisar. Ergue-te, magnífica! Tua imagem estava distorcida!

A face oculta desse povo admirável é o que lhe convido a conhecer, de certa forma, é um tributo aos progenitores e aos esquecidos, a estes pela audácia do vanguardismo e àqueles em memória ao esforço operário de construção das fundações da civilização amazônica em terras amapaenses, sepultada em quatro séculos passados de esquecimento que desejo revivificar neste trabalho. Dedico ao povo, aos desbravadores e aos visionários que gestaram quem nós somos.

1

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

1.1 UM OUTRO MUNDO DE UM OUTRO TEMPO

Para entender os desdobramentos que gestaram quem nós somos hoje, é necessário se colocar no lugar daquele ser humano que viveu em um mundo diferente na virada do século XVI para o XVII, com uma Europa coberta de florestas e diversas formas de governo, tecnologias, religiosidades, centros de poder e distintas convicções de mundo. Na Ásia, ainda persistiam sistemas semelhantes ao feudalismo, já em descenso na Europa; os mongóis, ao leste, ainda eram uma ameaça bélica; no extremo oriente, chineses e japoneses caminhavam para a unificação de seus países, e nas fronteiras europeias com o Oriente Médio, o Império Otomano rivalizava em força, poder e conhecimento com qualquer outra potência mundial.

Na Europa, a Itália, a Suíça e a Alemanha sequer tinham se constituído como nações, e o feudalismo ainda apresentava traços persistentes; Espanha, Inglaterra, Holanda, Portugal e França caminhavam para se tornarem grandes potências, mas por caminhos distintos: Portugal e Espanha avançavam sobre a força do monopólio do Estado, enquanto, na Inglaterra e na Holanda, a exploração era bancada pela iniciativa privada, e a França assumia um modelo híbrido. Corso e tráfico de pessoas eram políticas públicas reguladas, e a guerra era um estado permanente.

Decisões estratégicas eram tomadas tanto com base na ciência nascente quanto em relatos fantásticos, como a crença de uma cidade toda

feita em ouro, de uma nação inteira constituída de mulheres guerreiras de seios amputados e até de um país amazônico coberto somente de árvores de canela.

Na América, ainda não existiam os estados nacionais, como EUA, Canadá, México ou Brasil, e o nosso país igualmente não havia um sentimento nacional, até porque “Brasil” foi um nome dado pelos colonizadores que sequer era conhecido ou reconhecido pela população ameríndia, composta de milhares de etnias que não se viam como um único povo; antes, guerreavam entre si. As cosmovisões desses povos eram – e são – distintas tanto na espiritualidade, gestão da floresta, quanto na sua organização sociopolítica e consequentemente em suas alianças.

Na Amazônia, os valores da cultura ibérica, missionária, adaptável ao ambiente em que se instalavam e a sua conexão com o mundo tupi via cunhadismo, foram tão decisivos na consolidação territorial tanto quanto o uso da conquista militar como um instrumento de elevação social, menos para a exploração econômica do território conquistado, mas sobretudo para receber títulos, benesses e salário público vitalício como prêmio de suas vitórias militares.

A porção norte da América do Sul que se estendia do Rio Orinoco na Venezuela até a foz norte do Rio Amazonas era denominada pelos europeus do Norte de “Costa Selvagem” e os demais europeus de “Guianas”. Este território estava integralmente posicionado na porção espanhola do Tratado de Tordesilhas, inclusive o Amapá. A pertença do Amapá a Portugal e posteriormente ao Brasil foi fruto de esforço de séculos de guerra, trabalho e diplomacia.

O Amapá possuía outros recortes de territorialidade distintos do que vemos hoje conformados pela soma de diversas forças, sendo primeiro os ambientes estuarino, atlântico e o das florestas de terra firme no interior; depois pelas rotas de acesso dos primeiros ameríndios a ocupar a Amazônia – via ilhas Marajoaras ou pelas bordas atlânticas do Oiapoque e finalmente consolidado pelo estabelecimento de povos de troncos etnolinguísticos similares e suas interrelações com os europeus. Tais recortes territoriais não são os mesmos dos atuais, sendo recorrente que os territórios do passado tenham sobreposições com

a área de mais de um município, como é o caso do Sertão Tucujus, que ocupou porções litorâneas dos municípios de Santana, Mazagão, bordas do Vale do Jari, ilhas de Santana e Ilha Pará. Esse é o mundo que agora vamos adentrar.

1.2 O CENÁRIO POLÍTICO DA EUROPA

A presença europeia no Amapá, no século XVII, é fruto dos movimentos políticos que ocorrem predominantemente nos impérios navais da Espanha, Inglaterra, Portugal, França e Holanda ainda no século XV e XVI. No que tange ao Amapá, a regra geral do desenvolvimento territorial foi resultante das disputas entre as alianças estabelecidas de um lado pelo Reino da Inglaterra e apoiada pelas Sete Províncias rebeldes da Holanda e de outro pelo Império da Espanha e seu vice-reino de Portugal e colônia brasileira, com destaque aos pernambucanos, além das presenças ocasionais e fortuitas de franceses e até de italianos.

No caso da Inglaterra, seu contexto remete ao período da Guerra dos Cem Anos travada contra a França e finalizada em 1453, seguida por uma guerra civil pela definição do trono denominada de Guerra das Rosas, que se estende até 1485. Fruto das exigências de quase dois séculos de guerras ininterruptas, a Inglaterra, no início das grandes navegações, era um estado forte tecnologicamente tanto no campo naval quanto no militar, mas destruído financeiramente.

Inversamente, a Espanha só crescia em poder: se unifica em 1479 e conclui a expulsão dos muçulmanos em 1492, mesmo ano em que Cristóvão Colombo, a mando espanhol, descobre a América resultando no Tratado de Tordesilhas de 1494 que daria as bases do futuro Império espanhol que por um curto período também reinou sobre o Sacro Império Romano-Germânico. É deste período a ascendência espanhola sobre a Holanda que foi parte integrante do Sacro Império que permaneceu sob o domínio espanhol. Próspera, a Espanha institui colônias pelo mundo e, após o casamento do rei espanhol Carlos I com a Rainha Isabel de Portugal, institui a União Ibérica, transformando-se na maior potência econômica e militar do planeta.

A tentativa espanhola de invadir a Inglaterra e se tornar hegemônica deu a justificativa para os ingleses de ocupar terras espanholas na Amazônia, alcançando o Amapá.

1.2.1 ORIENTE: O CENTRO COMERCIAL DO MUNDO

As grandes navegações foram provocadas por uma demanda não atendida da população europeia que necessitava de produtos de origem asiática. Além de especiarias, essa necessidade também incluía produtos botânicos com fins farmacológicos, perfumaria e metais para a cunhagem de moedas, fornecidos pelos árabes em rotas comerciais do Oriente que cruzavam a atual Turquia, Síria, Líbano e Israel para daí alcançar por via terrestre ou marítima ao solo europeu.

O comércio de especiarias, atualmente irrisório na economia mundial, foi fundamental para a evolução econômica dos países europeus, pois sua lucratividade em relação a outras demandas de matérias-primas foi muito superior. Os aspectos da relevância das especiarias na Europa foram fartamente relatados por Nepomuceno (2005) e Ramos (2004) em seus trabalhos sobre o tema. Esse comércio é alterado quando o Império Otomano conquista a totalidade das rotas comerciais entre oriente e ocidente obtendo o monopólio da venda dos produtos advindos do oriente, inflacionando os preços dos produtos e, enquanto isso, do outro lado do mediterrâneo, os compradores dependiam das cidades-estados italianas de Gênova e Veneza para o transporte e distribuição dos produtos. Assim, o sobrepreço praticado pelos Otomanos reduziu drasticamente a lucratividade forçando os italianos a posicionar novas estratégias para a manutenção de seus negócios.

Uma das alternativas de genoveses e florentinos foi o reposicionamento de sua logística buscando negociar com o norte da África através de rotas comerciais que saíam das costas do Oceano Índico, cruzando o deserto do Saara e, para executar tal plano, foram estabelecidas comunidades e parcerias comerciais em Portugal e Espanha.

1.2.2 AS GRANDES NAVEGAÇÕES

1.2.2.1 O PIONEIRISMO PORTUGUÊS

Gênova e Veneza forneceram recursos e tecnologia naval aos ibéricos que após a sua unificação obtiveram condições políticas e econômicas mais vantajosas para se lançar ao mar na busca de contornar os intermediários muçulmanos e realizar suas transações comerciais diretamente com os produtores de especiarias de que necessitavam e dos quais dependiam para redistribuir seus produtos ao restante do continente.

Portugal obteve o pioneirismo na busca por novas rotas ao oriente, pois enquanto os demais países gastavam parte do seu tempo, energia e vidas em guerras pela consolidação de suas nações, os lusitanos foram os primeiros a se unificar, o que lhes deu a vantagem de, estando em paz, ter sobra de recursos e pessoas para a empreitada naval e, por isso, pôde coroar seus esforços nas descobertas dos séculos XVI e XVII.

Um elemento que reforçava as esperanças portuguesas, além de relatos de mercadores e negociantes transaarianos de que haveria especiarias transpondo o imenso deserto, foi o mito de um lendário imperador cristão no oriente, chamado de Prestes João, que poderia ser um aliado ou fornecedor de produtos aos lusitanos e embora na atualidade isso pareça um tanto inocente, como veremos em outros relatos, essa mentalidade de crer em mitos era bastante comum nesse período de fim de idade média.

A escolha portuguesa foi contornar o continente africano rumando para o sul, feito alcançado em escalas, em diversas viagens batizadas de Périplo Africano, tendo como marco inicial a viagem de Gil Eanes que, em 1434, alcançou o Cabo Bojador na África Ocidental e foi finalizada por Bartolomeu Dias em 1488 ao contornar o extremo sul-africano através do Cabo da Boa Esperança, o que deu a Vasco da Gama orientações necessárias para dali adiante alcançar Calicute nas Índias em 1498.

Essa rota coincide com a Corrente Equatorial do Sul, que segue no sentido Leste-Oeste, da África até o Nordeste brasileiro, se dividindo em duas no Maranhão, metade indo em direção sul rumo ao Pará e Amapá, e outra ao norte em direção ao nordeste, sudeste, sul e

Argentina. A hipótese da calmaria aliada com essa corrente atlântica foi o argumento oficial para a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e provavelmente se aproveitando dessa mesma corrente é que o espanhol Vicente Yáñez Pinzón chegou no litoral nordeste do Brasil, pegando a bifurcação sul alcançando o Amapá meses antes de Cabral chegar à Bahia.

1.2.2.2 *INGLESES: AS TENTATIVAS PELO NORTE DA EUROPA*

Mas não foram apenas os portugueses que padeciam dos preços inflacionados dos produtos orientais, e sim toda a Europa, e, por essa razão, todos os países que possuíam litoral – e recursos – também tentaram rotas alternativas para o oriente.

A Inglaterra sem ter as melhores condições de concorrer com as rotas dos países ibéricos posiciona seus navegadores a buscar um caminho para o Oriente contornando as grandes calotas polares, tanto pelo Oeste, costeando a Groenlândia e Canadá quanto pelo Leste, contornando os países escandinavos e o litoral russo.

Pelo Leste, Sir Richard Chancellor concluiu ser impossível superar os *icebergs* e a espessa camada de gelo sob o mar que se avolumavam no entorno do arquipélago de Nova Zembla, na Rússia; e pelo Oeste as esperanças da travessia do Oceano Atlântico para o Pacífico foram esgotadas na última expedição de William Baffin em 1616 nas costas do Canadá, ao afirmar que por ali “não havia passagem, nem esperança de passagem (Williams, 2010).

Fracassados tais esforços, a Inglaterra arrisca a se envolver em rotas ibéricas e a quebrar o monopólio do comércio e do tráfico negreiro com Sir Francys Drake irritando a Espanha que passa a afundar navios ingleses, resultando na Guerra Anglo-Espanhola de 1585 a 1604, inaugurando um tempo de corso e pirataria no caribe e América espanhola.

1.2.2.3 OS ESPANHÓIS: RUMANDO PARA O OESTE

Fazendo lembrança do conhecimento italiano de navegação, matemática e astronomia, adquirido pelos ibéricos, a definição da rota espanhola se deu por um cientista florentino chamado Paolo dal Pozzo Toscanelli que acreditava na esfericidade da terra e, portanto, navegando para o lado oposto, o Oeste, se chegaria ao oriente e essa era uma hipótese que já estava presente desde Eratóstenes há cerca de 200 anos antes de Cristo. Dessa forma Toscanelli realizou estudos matemáticos e observações e enviou suas conclusões por meio de cartas tanto aos portugueses quanto aos espanhóis com sua teoria, convencendo Cristóvão Colombo de sua viabilidade. Os reis espanhóis Fernando de Aragão e Isabel de Castela, convencidos por Cristóvão Colombo, financiaram sua expedição e, navegando para oeste, em 12 de outubro de 1492, o navegador Genovês alcança o arquipélago das Bahamas inaugurando a saga europeia nas Américas.

1.2.3 O PROTAGONISMO ESPANHOL

1.2.3.1 O PAPA ESPANHOL E O TRATADO DE TORDESILHAS

Imediatamente ao retorno de Colombo, os reis ibéricos, sendo as principais nações empenhadas nas descobertas, passam a dialogar sobre a definição dos limites dos territórios de exploração, o que foi um ato preventivo, definindo critérios de ocupação e evitando futuros questionamentos de posse entre as coroas. No período, era comum o arbítrio do Vaticano sobre questões internacionais na Europa por questões religiosas e práticas, uma vez que a Igreja Católica mantinha a guarda e os melhores especialistas em legislação romana – ainda em uso na Europa da época.

No caso, em se tratando de terras desconhecidas, o documento que as regulava se intitulava *Constitutum domini Constantini imperatoris* um suposto edito do Imperador Constantino que concedia direito a terras para a Igreja Católica, sendo interpretado, por extensão, como o direito

a posse de todas as terras a serem descobertas no mundo podendo assim legislar sobre elas.

Sobre a intermediação do Papa espanhol Alexandre VI foi redigida a bula *Aeterni Regis* que constitui os termos do Tratado de Tordesilhas assinado em 7 de junho de 1494, em que se estabeleceram os termos bastante vantajosos para as coroas ibéricas sobre as demais nações, acordo pelo qual todas as terras descobertas e a se descobrir no mundo já teriam suas posses predestinadas a Portugal e Espanha.

1.2.3.2 A UNIÃO IBÉRICA E A HEGEMONIA MUNDIAL

Em 1578 o rei português Dom Sebastião morre em combate em Alcácer-Quibir, atual Marrocos, e por não ter gerado descendentes abre uma disputa na linha sucessória que só finalizaria dois anos depois com Felipe II, rei da Espanha que reivindica seu direito ao trono por seu parentesco com o rei falecido. Havia outros pretendentes na ordem sucessória, mas a elite e nobreza portuguesa apoiaram Felipe II desde que Portugal não perdesse sua autonomia administrativa.

Portugal e Espanha, unificados sob uma única coroa em 1580 e comandados por Felipe II, transformam a divisão do mundo a ser descoberto em monopólio, uma vez que ambos os lados do Tratado de Tordesilhas agora possuíam um mesmo governante.

Os demais países permaneciam cuidando dos seus próprios problemas, porém é natural que as outras grandes potências europeias não concordassem com os termos do Tratado de Tordesilhas, a ponto de Francisco I, rei de uma França ainda devastada pela Guerra dos Cem anos, suportada quase integralmente dentro de seu território, afirmar “*Desconheço o testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha*”.

1.2.3.3 O DOMÍNIO SOBRE A HOLANDA EM 1516

Também por questões sucessórias, a Holanda também caiu sob domínio espanhol no ano 1556, o que inicialmente não se demonstrou lesivo ao país, posto que, nas primeiras décadas, os Países Baixos possuíam uma certa autonomia administrativa e inclusive se beneficiaram, como parte integrante do império, do acesso aos negócios com o novo mundo, em especial o tráfico negreiro e o comércio do açúcar nas Antilhas e Nordeste brasileiro.

Entretanto, novamente o rei espanhol Felipe II rompe com a elite local, amplia impostos para pagar esforços de diversas guerras, degenerando a economia local além de promover perseguição religiosa. Os Países Baixos eram majoritariamente calvinistas, fé classificada como herética pelo rei espanhol que se considerava o guardião da fé católica. Tudo isso resultou na Guerra da Independência denominada de “Revolta Holandesa” que durou 80 anos, de 1568 a 1648.

Diferenças internas fracionam os Países Baixos em províncias leais e “rebeldes” a coroa espanhola. Essa formação é importante, pois são justamente as províncias “rebeldes”, autodenominadas de *Províncias Unidas*, que irão confrontar os interesses espanhóis na Amazônia e financiar tanto os primeiros assentamentos no Amapá como fará o transporte e comercialização dos nossos produtos, além de colaborar com a defesa dos empreendimentos e colonos em terras amapaenses. A província de Zelândia (Zeelandeses) e em particular a cidade de Flessinger serão as protagonistas da conexão dos assentamentos europeus do Baixo Amazonas com o mundo.

1.3 AS CONSEQUÊNCIAS NO NOVO MUNDO

Assim iniciamos o século XVII com a Espanha arrastando Portugal, por meio da União Ibérica, para um permanente estado de guerra contra a Inglaterra e Holanda, agora aliadas. Está formada a conjuntura política que irá definir os contornos territoriais do setentrião da América do Sul: A Amazônia brasileira, as Guianas e o norte da América espanhola.

Apesar da facilidade de navegação para esse perímetro das Américas, o império português não se ocupou do Amapá no primeiro século após o descobrimento, posto que encontrou mais vantagens econômicas ao sul do Brasil, primeiro na exploração do pau-brasil no Sudeste e o posterior Ciclo da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro. Também pelas terras amapaenses estarem no período fora de suas jurisdições estabelecidas na Bula Papal e no Tratado de Tordesilhas.

Enquanto isso, os espanhóis alcançam as ilhas caribenhas e de lá passam a ocupar a América seguindo em sentido norte-sul, a partir do litoral da América Central rumando primeiro para a Guatemala e depois El salvador e Panamá, para daí em diante seguir para o Oeste em direção as bordas do atual Equador. Essa mudança de rota afasta os espanhóis do seu curso margeando o Atlântico em direção a Amazônia e os redireciona ao litoral do Oceano Pacífico do Continente Sul-Americano. O motivo? As notícias da existência do império Tawantinsuyu.

Os Tawantinsuyu – ou Incas – tinham um Império próspero com sede nas montanhas do Peru com uma área e população superior à da própria Espanha; cidades urbanizadas, estradas e sistema político próprio. Essa mudança de rota e prioridade, da costa atlântica para a costa do pacífico, relega ao abandono o que chamo de América Setentrional e abre um vazio institucional que dá a oportunidade para aventureiros, exploradores e países europeus que ainda estavam atrasados na exploração do continente americano de ocuparem seus espaços e construir seus sonhos no novo mundo que se descortinava diante de seus olhos.

1.3.1 O IMPÉRIO INCA

De todos os impérios pré-colombianos, o Tawantinsuyu (Inca) foi o maior em riquezas minerais e em área, ocupando boa parte do oeste da América do Sul, se estendendo no seu limite máximo no sentido leste-oeste das encostas das Cordilheiras dos Andes até o Oceano Pacífico e no sentido norte-sul desde a porção norte da atual Colômbia até territórios ao norte do Chile e oeste da Argentina.

A primeira visita espanhola ao Império Tawantinsuyu, provavelmente em 1526, abre os olhos de Francisco Pizarro pela prosperidade e organização indígena e que sua conquista poderia lhe auferir riquezas e prestígio. Ao deixar o solo inca, os espanhóis deixam em terras incas, como prenúncio do que viria a acontecer, epidemias de gripe, varíola, tifo e sarampo que se alastram pelas províncias e nações indígenas.

O Império já fragilizado pelas epidemias entra numa guerra civil pela definição da linha sucessória do trono. Atahualpa vence seu irmão Huáscar e sagra-se Sapa (rei) do Império Tawantinsuyu. Ao retornar em 1632, Francisco Pizarro encontra um império enfraquecido e com uma força militar mínima; sequestra o Sapa (rei) que oferece em troca de sua libertação ouro suficiente para preencher sua sala de detenção e o mais o dobro disso em prata. Os espanhóis aceitam, mas não cumprem o acordo e usam de diversos ardis para fracionar a unidade do império, avançando de território em território até conquistá-lo totalmente em 1572.

A opulência do resgate do Sapa Atahualpa atíçou a imaginação espanhola de que imensas riquezas ainda maiores que as do resgate existiriam. Tais fantasias foi personificada no mito do El Dorado, uma mítica cidade feita em ouro que estaria encravada no interior da Amazônia brasileira, entre as nascentes do Rio Amazonas e Orinoco, ao lado de imenso lago interior chamado Manoa.

1.3.2 O CENTRO DA RIQUEZA DO MUNDO

Com a descoberta de ricas jazidas de prata no vice-reino do Peru, o centro da riqueza mundial mudou do oriente para a Mesoamérica, uma vez que ouro e prata são bem mais valiosos que pimenta e canela, que, aliás, entre outras especiarias, essas também podiam ser encontradas nas florestas do continente americano.

As minas da região do Potosí, encravadas entre os afluentes do Rio Amazonas, passam a ser o centro do poder econômico do Império espanhol a ponto de Martín de Azpilcueta atribuir o aumento da inflação nesse período na Europa a enxurrada de metais preciosos advindos ao continente, criando um círculo vicioso de necessitar de mais explora-

ção para pagar produtos mais caros que, com a chegada de mais prata, encareciam novamente, retroalimentando o sistema. Dessa forma, a região também passou a ser o centro preferencial da cobiça dos rebeldes das Províncias Unidas da Holanda, da Inglaterra, contra o inimigo comum: A Espanha. As suas chances de sucesso dependiam em boa parte do que aconteceria com a prata do vice-reino do Peru, fonte do seu poder econômico.

Nesse cenário, o interesse pela foz na calha norte do Rio Amazonas é óbvio: primeiro, por ser a porta de entrada para as tais minas de prata; depois, pela imensidão da Amazônia com um território interior próximo ao tamanho da Europa inteira, era bastante plausível que houvesse outras grandes regiões ricas em ouro e prata ou pelo menos outras civilizações tão desenvolvidas como as Incas, Astecas e Maias e, terceiro, a ausência da Espanha, permitindo a ocupação sem gastos militares. A localização de Santana, conectora do mundo com a Amazônia e da Amazônia com o mundo, é o que traria, na virada dos séculos XVI para XVII, um aumento exponencial de exploradores que resultará posteriormente nas primeiras tentativas de ocupação na calha norte do Rio Amazonas. Esse é o contexto europeu de nossa ocupação.

2

O SERTÃO TUCUJUS ANTES DOS EUROPEUS

2.1 O PROTO-BRASIL

Deste lado do atlântico, o que hoje seria o Brasil em 1600 era um estado germinal que se estendia do litoral de São Paulo até as costas de Pernambuco, e dali em diante uma extensa costa que até a foz do Rio Oiapoque, uma área que alcançava cerca de dois mil quilômetros de extensão de terras sem presença ibérica e longe das suas principais rotas de navegação, constituindo um território oportuno para outras nações promoverem incursões longe dos olhos da poderosa Espanha. Nesse território e além dele, havia uma miríade de povos e culturas, na sua maioria composta de visões de mundo, religiões e organizações sociais diversas e por vezes antagônicas pasteurizadas no conceito “índio”. Viviam numa época em que não existia o cidadão brasileiro como concebemos hoje, e sim umas centenas de denominações territoriais e de povos de origem, línguas, culturas, religiões distintas que não se viam como cidadãos de um mesmo país, nem mesmo entre as nações do mesmo tronco linguístico.

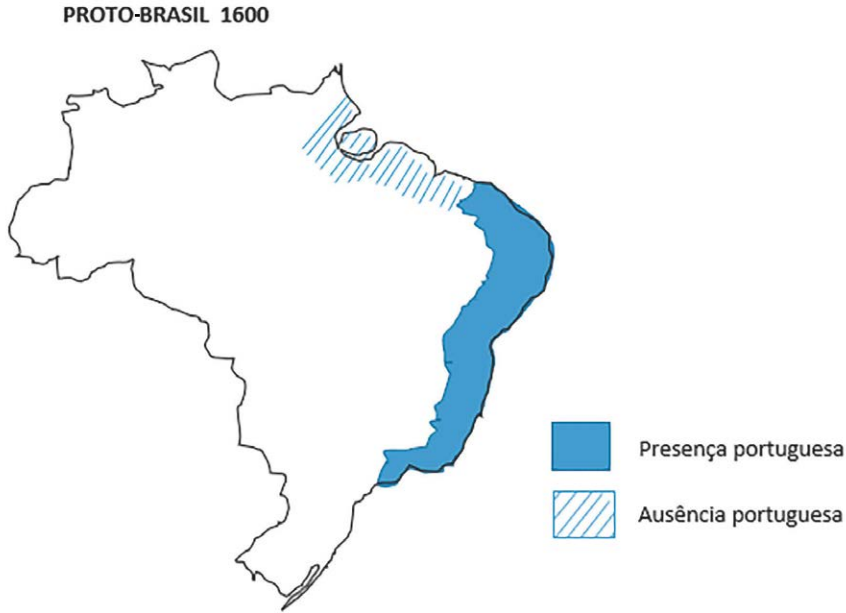
Essa miríade de povos e culturas, na sua maioria composta de caçadores coletores, caminhava para formações sociais mais estruturadas denominadas de “caciquismo complexo” que segundo Darcy Ribeiro poderiam se constituir ao longo da evolução em novas civilizações tecnicamente evoluídas (Ribeiro 95). Tal evolução demonstrada nos sítios arqueológicos dos megálitos em Calçoene no Amapá, do Monte de Teso dos Bichos no Marajó ou de Kuhikugu, este último uma cidade de 50 mil

habitantes localizada no alto Xingu, possuindo construções complexas como estradas, barragens e fortificações, dizimado provavelmente pelas doenças trazidas pelos europeus.

Essa diversidade sem unidade talvez seja um dos grandes motivos para que fosse frustrada a possibilidade de evolução dos nativos brasileiros para civilizações complexas, distintas e autônomas como as asiáticas, não constituindo em sua diversidade um todo homogêneo capaz de fazer frente aos europeus. O Amapá é um exemplo disso, habitado predominantemente por povos Aruaques se distinguia do restante da costa brasileira e até da Amazônia que era habitada por tupis, seus inimigos que foram arregimentados pelos portugueses para o combate e caça dos amapaenses nos anos da guerra de conquista do território.

Da mesma forma, após cem anos do desembarque dos primeiros portugueses em solo brasileiro e já havendo uma descendência lusitana originária de terras brasileiras, igualmente entre eles não havia um sentimento pátrio uma vez que os nascidos no novo mundo se autodenominavam “portugueses da América” e comungavam, independentemente de sua ancestralidade, a mesma visão de mundo com os residentes nascidos em Portugal, os reinóis.

Ambos, “reinóis” e “portugueses da América” se viam como a força civilizatória, evangelizadora-redentora, contra a selvageria, o paganismo, a nesga, a mata. É uma elite peculiar que já nasce não povo, que nega os direitos básicos da população autóctone; constituída de fora para dentro pelo conquistador estranho e inimigo da população nativa, implantado pela força da pólvora e expandido por meio das espadas. Esse era o “proto-Brasil” de 1600.



Mapa I – Proto-Brasil em 1600

2.2 O PROTO-AMAPÁ

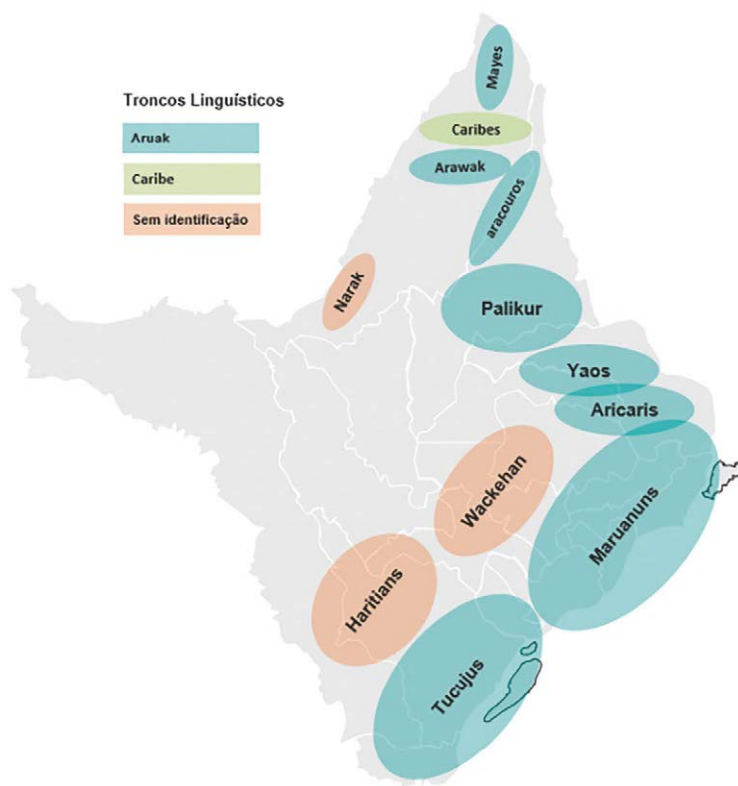
A migração humana para a Amazônia pré-histórica possui duas teorias dominantes: a mais aceita é que os primeiros humanos que habitaram nosso solo tenham se deslocado da América do Norte via estreito do Panamá e outra via marítima através da costa do Oceano Pacífico. Em ambos os casos, a ocupação paleoindígena se deparou com o maciço das Cordilheiras dos Andes e teve que contornar suas bordas para poder seguir para o interior do continente utilizando os vales dos grandes rios ou bordeando o litoral Atlântico se espalhando da Amazônia para todo o restante da América do Sul por volta de 11,2 mil anos atrás, o que indica que a ocupação do Amapá é uma das mais antigas do continente sul-americano.

Quinze séculos atrás, os grupos humanos que produziram a cerâmica Aruã ocupam as ilhas do baixo amazonas em frente ao litoral de Santana,

alcançando pontualmente algumas áreas continentais de nosso estado. Entre os anos 100 a 900 da era cristã, uma nova onda de ocupação ocorre pela população que produziu as cerâmicas das fases Aristé e Mazagão, com presença dominante na região sul do Amapá desde o Jari até as bacias que banham o interior das terras santanenses, alcançando os limites de Rio Araguari.

O arqueólogo João Saldanha afirmou que *“em um ambiente extremamente rico em recursos naturais como o do estuário do Amazonas, houve uma grande explosão cultural que se iniciou a partir de 2 mil anos atrás, com um ápice de florescimento cultural próximo do ano 1.000 d.C, mesmo período da Idade Média, na Europa, e similar ao período do ápice do império Inca, nos Andes”*. (Saldanha 2021).

Esse período une Amapá e Caribe na estética Koriabo com produções de artefatos mais elaborados e artisticamente ornados, construções de sítios cerimoniais e o registro de aldeias densamente povoadas. Essa fase histórica dos povos amazônicos encontrou seu descenso próximo da chegada dos europeus e ainda hoje não há consenso que aponte uma causa. Relatos do passado, como o do cartógrafo De Laet e o explorador francês Jean Mocquet e contemporaneamente pelos estudos do historiador holandês Lodewijk Hulsman e a compilação do Mapa Nimuendajú produzido pelo IPHAN, podemos ter uma aproximação de como era esse Amapá na chegada dos europeus por aqui. Diferente das principais regiões do país e da Amazônia, o predomínio era de povos Karib e Aruak sendo a presença Tupi por mim desconhecida.



Mapa II – Nações do Amapá em 1600.

Fonte: Produção do autor

2.2.1 O TAMANHO DA POPULAÇÃO

Há diversos trabalhos que estimam a população nativa da América antes do descobrimento e desses me agrada o do geógrafo americano William Denevan, que em 1976 formulou uma modelagem que considero ser mais bem aplicada ao nosso estado. Denevan observou populações nativas isoladas no século XX e tirou uma média de população por tipo de ambiente e usou como parâmetro para supor qual seria o tamanho da população indígena da Amazônia de 1492 com biomas similares. Ele estima, de acordo com o ambiente, um número aproximado de mora-

dores por km², que multiplicado por sua área, se chegaria ao número estimado de habitantes no ano da chegada dos europeus à América. Com base nesses cálculos chegamos aos números abaixo:

Tabela I – Projeção da população nativa do Amapá em 1492

Estado do Amapá			
Ambiente	Área km ²	Moradores por km ²	População 1492
Planícies dos rios inundáveis	17.445	14.6	254.697
Floresta Amazônica de terra firme	116.338	0.2	23.267
Savana	9.032	0.5	4.516
Total	142.815	-	282.480

Fonte: Denevan, adaptado pelo autor.

Tabela II – Projeção da população nativa de Santana em 1492

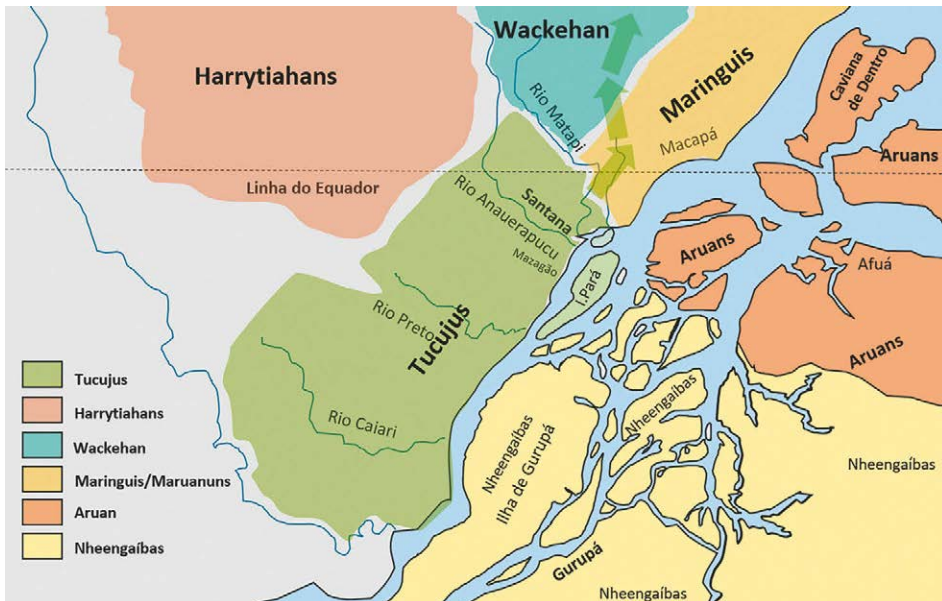
Município de Santana			
Ambiente	Área km ²	Moradores por km ²	População 1492
Planícies dos rios inundáveis	795	14.6	11.607
Floresta Amazônica de terra firme	149	0.2	30
Savana	597	0.5	298
Total	1.541	-	11.935

Fonte: Denevan, adaptado pelo autor.

É provável que a população originária tenha crescido entre 1492 e 1600, atraídos pelo comércio com o europeu, num movimento similar ao que ocorreu no restante das Guianas. Algo peculiar é que num dos locais mais antigos de ocupação humana da América, e zona de confluência de tradições indígenas em fase inicial de complexação, haja uma

imensa página em branco de estudos arqueológicos seja das ocupações ameríndias, seja das fortificações anteriores à presença portuguesa em nosso território e isso não significa uma ausência de presença de civilizações indígenas mais estruturadas, uma vez que, durante os estudos arqueológicos da identificação do Forte Cumaú, foram localizadas diversas evidências de antiga presença humana no município a ponto do pesquisador afirmar que:

[...] A fortificação foi erguida sobre um antigo sítio arqueológico indígena, anterior ao contato; ou havia um denso povoamento indígena no local para dar suporte à fortificação. Pode ainda ter havido ambas situações: o forte foi construído sobre um assentamento antigo indígena (o que é atestado pela presença de terra preta arqueológica na construção de suas paredes) e houve um adensamento indígena no entorno do Forte [...] (Saldanha, 2013, p. 149).



Mapa III - População nativa de Santana e entorno em 1600.

Fonte: Produção do autor

Os relatos da época são ricos na descrição de quais eram as nações que se relacionavam com os europeus. Um dos mapas de Vingboons mostram os Tucujus, (Tockehan) ocupando o litoral amazônico do Jari até Santana, mais ao interior do município, nos vales do Vila Nova e Matapi os Wackhans. Em direção ao interior do município de Mazagão, entre os rios Vila Nova até o Cajari, os Harrytiahans; em frente a cidade temos no entorno do município do Afuá, os Aruãs; e Rio Amazonas acima, em direção a Gurupá os Nheengalbas – denominação genérica dada a diversos povos inimigos aos paraenses – e no litoral macapaense os Maringuis.

Os principais cartógrafos da época fazem referência aos Tucujus em livros como o da Companhia das Índias Orientais de autoria do holandês De Laet de 1630 e na carta de Vingboons de 1640. Vemos essa territorialidade no mapa intitulado “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará” com data de 1629 atribuído a João Teixeira Albernaz I, contemporâneo de Bento Maciel Parente que esteve como governador do Grão Pará até 6 de outubro de 1626. Nela, o cavaleiro donatário em carta ao rei da Espanha propõe dividir o Amapá em duas capitanias, uma do Rio Jari até Santana denominada de Província Tucujus, e outra iniciando em Macapá até o Oiapoque denominada de Província Moriguiz (Maruanuns). Durante a Guerra, as nações se deslocam para o leste e norte fugindo do extermínio.

A primeira referência de Tucujus em Macapá no mapa Nimuendaju é 1658, data da reforma em Santana do que seria o Santo Antônio de Massapá, erroneamente grafado como “Macapá”, o que induz ao erro atribuindo a presença Tucujus em terras macapaenses quando na verdade nesse período ali habitavam os indígenas Maruanuns/Maronis.

Gedion Morris escreveu que em abril de 1642 no Maranhão havia muitos indígenas tucujus, aruãs e wackehans escravizados e é farta a bibliografia de relatos dos nossos Tucujus fugindo do massacre português rumando ao norte, em direção às Guianas. De acordo com Grenand e Grenand eles foram tomados pelos Palikur como um clã no século XVIII (Grenand 1987: 29). Os demais povos citados sumiram e dele não tenho melhores informações.



Mapa IV - Recorte João Teixeira Albarnaz

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388

consultado em 1/5/22.

A FASE EXPLORATÓRIA DA AMAZÔNIA

Imediatamente à assinatura do Tratado de Tordesilhas de 1494, Portugal e Espanha enviam missões exploratórias para percorrerem a linha divisória definida no Tratado para assim tomar posse das terras definidas no acordo e como a linha passava exatamente na foz do Rio Amazonas, ambas as missões alcançaram o Amapá, tendo como primazia o português Duarte Pacheco Pereira com sua excursão de 1498, descrito no livro *Esmeraldo Situ Orbis*, que relata a presença de um grande rio cercado de diversas ilhas junto à linha do Equador. É provavelmente o primeiro europeu a alcançar nossas terras, seguido do espanhol Vicente Yáñez Pinzón nos primeiros meses de 1500. Pinzón foi capitão da caravela *La Niña*, um dos três navios comandados por Cristóvão Colombo na sua viagem de descoberta da América em 1492.

No terceiro anno de vosso Reynado do hano de nosso senhor de mil quatrocentos noventa & oito donde NOS vossa alteza mandou descobrir ha parte oucidental passando alem ha grandera do mar ociano honde he hachada & naveguada huma tan grande terra firme com muitas & grandes Ilhas ajacentes a ella que se estende a setenta graaos de ladeza da linha equinocial contra ho polo artico.¹

Os espanhóis estavam ansiosos por encontrar a rota definitiva ao oriente, certamente preocupados com os avanços de Portugal no litoral africano e assim permitiram que particulares também realizassem in-

1 Duarte Pacheco, *Esmeraldo Situ Orbis*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, pg. 14.

cursões. Pinzón custeava sua viagem com os espólios da viagem de 1492 e alcançou o litoral brasileiro em 19 de novembro de 1499, possivelmente no que hoje é o Cabo de Santo Agostinho no Ceará, e de lá seguiu em direção ao norte alcançando em fevereiro de 1500 a foz do Rio Amazonas. “Segundo levantamento do pesquisador Pinzón y Ganzinotto, em seu livro intitulado ‘Vicente Yanez Pizón: Sus Viages y descubrimientos’, de 1920, na página 68, Vicente Pinzón batizou o Rio de Santa María de la Mar Dulce, recebendo do rei espanhol o governo deste território”. Em relatos de bordo seus companheiros chamaram o rio de Marañón – emaranhado, por seus diversos canais entre ilhas. A partir daí a rota ficou aberta para que navegadores anônimos ou não, transitassem pelas duas desembocaduras e explorassem seu delta, porém somente em 1541 alguém faz a primeira viagem interior, das nascentes até a foz. Coube a Francisco de Orellana realizar a proeza. A expedição narrada pelo frei Gaspar de Carvajal relata que a campanha saiu de Quito no Peru liderada por Gonzalo Pizarro, irmão do conquistador dos Incas e seu objetivo foi encontrar o mítico País da Canela, uma região na floresta amazônica coberta por árvores de canela, na época, uma especiaria extremamente cara. Será o mesmo frei Gaspar de Carvajal quem criará a história fantasiosa de Amazonas guerreiras que deu batismo definitivo ao rio. Sua viagem foi concluída em 26 de agosto de 1542.

Há relatos de que em 1546 o português Luís de Melo e Silva obtém a concessão das terras da foz do Rio Amazonas, mas não chega a tomar posse, pois naufraga na viagem de posse. Em 1559, com base nas informações do frei Gaspar de Carvajal, Pedro de Orsúa inicia a segunda expedição do Peru em direção a nascente do Rio Amazonas, tendo como objetivo principal localizar a mítica cidade do “El Dourado”. Alguns meses depois, sem nenhum sinal das cidades fantásticas se materializar, a desesperança e a frustração inunda a tripulação que chega à clareza de que as recompensas jamais seriam alcançadas e a tripulação promove um motim.

O comando da expedição passa a Lope de Aguirre que a conclui em 1561 e ao contrário daquela de Francisco de Orellana que foi resgatado próximo de Gurupá e levado a Belém, esta expedição seguiu a calha norte, via litoral amapaense para então, contornar o atlântico até retornar

ao vice-reino do Peru. Foi uma viagem trágica, repleta de privações, traições e mortes.

Enquanto isso na Inglaterra, Sir Walter Raleigh, que havia recebido cartas patentes para exploração de terras desconhecidas, incumbiu Lawrence Keymis e Leonard Berrie de fazerem duas explorações ao litoral guianense alcançando o Rio Araguari em 1596 e 1597 de acordo com o relato descrito em seu livro “Descoberta da Guiana” de 1631. Em 1598 é a vez de John Ley realizar sua expedição que alcança o Rio Xingu. São as primeiras expedições inglesas oficiais direcionadas à costa amapaense. Suas explorações darão subsídios para os assentamentos e fortificações que ocorrerão de Santana a Gurupá.

Em 1604, Jean Mocquet mantém contatos comerciais com os indígenas do Oiapoque e percorre a foz do Rio Amazonas e, em 1605, será a vez do senhor De La Ravardière, Daniel De La Touche, percorrer o litoral amapaense constituído por Henrique V por meio de cartas patentes como seu tenente-general “para a região da América desde o Rio Amazonas até a ilha da Trindade” e sob essa autorização real, alguns anos mais tarde ele funda São Luís voltando os olhos Ibéricos para o que acontecia no extremo norte do país. Em 1608, o Duque da Toscana envia Robert Thornton para uma missão exploratória do Rio Amazonas e entre 1610 e 1611 será a vez de Sir Thomas Roe com a provável ocupação de Santana.

A cada viagem, evoluía o nível de informação das correntes marítimas, marés e direção e intensidade de vento, também as peculiaridades de nossa foz: a pororoca, os tempos de maresias mais intensas, os canais com suas profundidades e características de formação de bancos de areia e, sobretudo, a identificação de enseadas e locais de portos, escassos no litoral atlântico amapaense. Essa condição ótima de qualidade portuária pode ter sido o que direcionou a ocupação e o protagonismo de alguns assentamentos que seriam o ato germinal do que hoje chamamos de Porto de Santana.

3.1 OS MOVIMENTOS DOS EUROPEUS DO NORTE

Agora quais foram as motivações que levaram os ingleses em tempos de crise econômica a investir tempo e dinheiro na ocupação de nosso litoral? Uma viagem exploratória chegou a ser descrita no valor de £3.000 libras esterlinas (Nicholas, 1766), algo em torno de seis milhões e meio de reais em valores atualizados. Assim, é razoável analisar quais foram as razões que induziram os nobres de Sua Majestade a aprofundar as explorações entre os maraños de afluentes do Rio das Amazonas.

3.1.1 A FORÇA DO MEDO

Estamos falando do ano de 1553, final da idade média e início da idade moderna absolutista, um mundo ainda regido por mitos e relatos fantásticos que influenciavam as políticas de Estado, e as conspirações e espionagens pelos corredores palacianos eram muito recorrentes e qualquer relato minimamente plausível era considerado num mundo de descobertas e credices.

Nesse contexto encontramos o navegador, explorador e cartógrafo Sebastian Cabot que serviu ao rei inglês Henrique VIII na Espanha, em missão militar contra a França. Pelos serviços prestados ao rei espanhol Fernando II, Cabot recebe algumas terras e posses em Sevilla. É nesse período que Francisco de Orellana retorna à Espanha trazendo relatos de sua épica navegação Rio Amazonas abaixo, e essa informação será valiosa a Sebastian Cabot posteriormente, quando as relações entre Inglaterra e Espanha se degeneraram. Tudo indica que, já idoso e temendo perder suas posses na Espanha ou ser desprezado na sua pátria pela proximidade com a Espanha após uma carreira memorável, Cabot repassa ao rei espanhol o possível interesse inglês de, em aliança com os franceses, ocupar a foz norte do Rio Amazonas e dali avançar até as regiões argentíferas de do vice-reino do Peru.

Ainda segundo Sebastian Cabot, os conspiradores seriam o duque de Northumberland e o embaixador Francês na Inglaterra, o Seigneur de Boisdauphin (Lorymer, 89, p 241). Uma escolha um tanto razoável, uma

vez que o embaixador era uma figura considerada execrável na Espanha e o duque havia recentemente falecido. De alguma forma a notícia plantada por Cabot na Espanha se espalha e alcança a Inglaterra e quatro anos mais tarde Sebastian Cabot falece, mas o fantasma plantado por ele ficou latente, sendo revisitado, por sua razoabilidade, em diversas ocasiões.²

3.1.2 A FORÇA DOS SONHOS

Três décadas depois do descobrimento, a navegação aos rincões das Américas é amplamente conhecida por todos os países da Europa ocidental. Mas a Espanha está concentrada em manter sua exploração de prata que sustenta a política militar agressiva de Felipe II, e sendo esse o país mais próspero do mundo, ainda dominava outras duas potências – Portugal e Holanda – restando apenas Inglaterra e França para se oporem ao seu poder.

Nesse contexto, as primeiras e mais antigas colônias espanholas do caribe padeciam pelo desabastecimento e falta de segurança, pois os olhos do rei estavam voltados para as guerras europeias e suas minas do Peru. França, Inglaterra e Holanda viram uma oportunidade de ganho via contrabando, pirataria, tráfico de escravos e assentamentos irregulares para a produção de açúcar, madeira e tabaco nas regiões distantes dos olhos de Felipe II.

A partir de 1580, a Espanha reforça sua presença naval no Caribe tornando o contrabando e as fazendas cada vez menos lucrativas e então a ação dos navegadores ingleses se desloca mais ao sul, para a Ilha de Trindade e a costa das Guianas. É justamente nessas passagens que os ingleses cruzam com os indígenas Guayana Caribes que habitavam o Caroni e entre outros produtos para negociar tinham ouro.

2 Como podemos ver num trecho da carta de Richard Hakluyts sobre a possibilidade de ocupação inglesa aqui. “*Aquela parte do equinócio ao sul não é habitado pelos espanhóis (...) E quão fracos eles estão lá*”. (Eve G. R. Taylor 1935, p. 251).

A presença do ouro acende o entusiasmo do inglês Sir Walter Raleigh pelo El Dourado, incentivado tanto pelos relatos indígenas quanto pelas conversas de Pedro Sarmiento de Gamboa, um famoso navegador espanhol que acreditava na lenda. Sua expectativa foi reforçada ao aprisionar o governador de Trindade Antonio de Berrio que afirmou ter ido à mítica cidade “de olhos vendados” para não revelar sua localização.

A busca da cidade dourada redireciona os ingleses rumo à Amazônia e em 1595 Sir Walter Raleigh realiza a primeira de várias expedições em busca do “El Dorado”, que estaria segundo os indígenas, entre as nascentes dos Rios Orinoco e Amazonas num lago (manoa em dialeto indígena) e a cidade se chamava Parime. Ou seja, a cidade procurada estava em algum lugar no interior de uma região com quatro milhões de quilômetros quadrados, no meio de uma floresta inexplorada; mas se uma sala cheia de ouro Inca era fato, bem que poderia existir uma cidade inteira. A força dos sonhos foi acionada³.

Um ano após Sir Walter Raleigh dar início a suas buscas, partindo do norte para o sul a partir do Rio Orenoco em direção ao Amazonas, ele envia os navios Darling (Querida) e Discovery (Descobrimento), sob o comando geral de Laurence Keymis para realizar o caminho inverso. Laurence Keymis alcançará o Rio Araguari e fará os primeiros registros náuticos necessários para se alcançar a foz do Rio Amazonas, ainda sem adentrar na calha norte.

3.1.3 A FORÇA DA RAZÃO

Os registros de viagens de Raleigh e Laurence Keymis foram estudados por Sir James Ley, que partiu para a Amazônia em 1597 e foi o primeiro inglês a oficialmente explorar o interior do Rio Amazonas. Sua rota bor-

3 “Fui informado por muitos dos espanhóis como Manoa é a cidade imperial da Guiana, que os espanhóis chamam de Dorado, que pelas grandezas, pelas riquezas e pelas façanhas excelentes excede em muito qualquer outra no mundo. É fundado sobre um lago.” Raleigh Knight, *Descoberta do Grande, Rico e Belo Império da Guiana*, 1595, p. 9.

deando a margem esquerda do Rio Amazonas, como hoje ainda fazem os grandes navios de carga que adentram em nossas terras pelo canal norte em direção ao interior da Amazônia. Sir James Ley passou em frente das atuais Macapá e Santana, seguindo até a foz Rio Xingu, de onde retornou. Os ingleses tinham encontrado sua rota.

Os Holandeses entram em cena oficialmente em 1598, quando o empresário flamenco Nicolaes De Haen solicita autorização ao Conselho para realizar quatro viagens às Guianas. As explorações foram realizadas pelos comandantes Jacob Cornelisz Oom no navio “Zeeridder” que bordeou o litoral atlântico do Amapá e Marten Willemsz no navio “Jonas”, um navio menor que se desgarrou do primeiro e provavelmente foi o primeiro navio holandês a adentrar em nosso litoral. A partir daí os holandeses seriam presença frequente no litoral amapaense e santanense comercializando com indígenas e europeus, transportando colonos, abastecendo-os e enviando para a Europa suas matérias-primas.

Daí em diante as viagens exploratórias no litoral amazônico do Amapá exponenciam. Em 1604 com o Capitão John Leggat de Plymouth que faz uma viagem exploratória da Guiana ao baixo Amazonas seguida pelo Capitão Johnston também de Plymouth 1605. Em 1608 o Grão-Duque da Toscana, Ferdinand I financia o nobre inglês Robert Thornton numa expedição em busca do El Dourado via Calha Norte do Rio Amazonas e em 1609 Michael Harcourt e Edward Harvey realizam outra viagem exploratória do Oiapoque até o Baixo Amazonas.

Os franceses sempre afirmaram sua presença em águas amapaenses pelos marinheiros da Bretanha desde as primeiras décadas do século XVI para a comercialização com nações indígenas. Esses relatos formaram a base da argumentação original de sua reivindicação de posse das terras amapaenses. Como defesa, citam o nome Brest, gravado no mapa *Carta Particollari* de 1658, como prova de sua primazia. Brest é o nome de uma cidade portuária Bretã do norte da França que guarda semelhanças geográficas com a Santana de 1625⁴.

4 “O nome de Brest, lembrança filial da Bretanha, persistia no tempo de Johan de Laet em uma ilha do Amazonas, no confluente do Anauerapucu, e abrangia igualmente

Bem verdade é que, a partir de 1604, os franceses também ampliam sua presença no litoral com Jean Mocquet – sem aparentemente adentrar em águas interiores temendo a intensa maresia presente – e em 1605 será a vez de Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière. As frequentes viagens a mando do senhor de la Ravardière que adquiriu carta patente para colonizar toda a América Setentrional culminam com a fundação de São Luiz e a implantação da “França Equinocial” no atual estado do Maranhão. O com seu navio “Saint Anne” que é a referência europeia mais antiga sobre o nome do município amapaense.

Sir Walter Raleigh retorna para a Europa em agosto de 1595, após diversas vitórias militares, com muitas histórias e sem qualquer lucro. Certamente houve desgaste na sua persistência em corroer os escassos recursos da nação na exploração da Amazônia, sem nenhuma compensação econômica, mas seu argumento de defesa era forte: a possibilidade de localizar minas de ouro e prata para destruir os espanhóis. Ele lembrou aos nobres que foi justamente a prata de Potosí cujo lucro financiou a invencível Armada espanhola que sete anos antes tentou invadir a Inglaterra e depor a Rainha Elizabeth I.

Tanto dentro da Inglaterra quanto dentro de outros países europeus havia partidários de que mesmo se não houvesse uma cidade feita de ouro, numa área tão extensa quanto a floresta amazônica, seria impossível não haver outras regiões com grandes jazidas de ouro, prata e quem sabe pedras preciosas, ou pelo menos uma outra civilização próspera e desenvolvida como os Incas, Astecas e Maias. Essa convicção teimosa, quase idílica, sustentou a busca pela ocupação do nosso território como ponta de lança para se alcançar o interior da Amazônia.

Após a morte da Rainha Elizabeth em 1603, seu sucessor James I herdou um país na bancarrota após inúmeras guerras e não estava interessado em mais conflitos que não teria como bancar, porém, estava desejoso e necessitado de ouro, por isso procurou alguém mais sensato

o próprio rio”. Joaquim Caetano, *O Oiapoque e o Amazonas*, Edições do Senado Federal – Vol. 193, p. 310.

para prospectar se o vale amazônico valeria o risco de provocar a poderosa Espanha. O rei desejava um parecer mais razoável. (Thewlis, 1975).

O escolhido para avaliar com mais parcimônia as possibilidades foi Sir Thomas Roe, um notável diplomata que já havia vencido anos antes Walter Raleigh no Conselho Privado ao convencer que o país deveria priorizar os empreendimentos da Virgínia e Nova Inglaterra e não os da Amazônia. A expedição de Sir Thomas Roe durou de 1610 a 1611 e mapeou a rota mais adequada para adentrar no interior da Amazônia via calha norte margeando o litoral amapaense, ratificando o caminho de Sir James Ley que daria a direção por onde passou toda a colonização inglesa na Amazônia dali em diante.

A verdade é que Sir Thomas Roe também reconhece que tentou encontrar o El Dourado subindo o Rio Oiapoque, mas sem encontrar nenhum indício ficou impressionado mesmo com as possibilidades comerciais das terras amapaenses. O tabaco comprado de terceiros no Caribe, sempre sob a mira de canhões espanhóis, poderia ser cultivado nessas terras distante dos olhares ibéricos e ser vendido sem atravessadores, ampliando os lucros.

Assim, sob sua batuta, e execução de seu representante na região, o senhor Matthew Morton, seguiu os primeiros assentamentos ingleses e irlandeses na calha norte, provavelmente em 1612. Dois anos mais tarde, Matthew Morton retorna a Amazônia e encaminha o material de suas pesquisas e viagens a Gabriel Tattonin, provavelmente um cartógrafo. Tattonin grafou uma ilustração com a síntese das explorações inglesas na região denominada de Gráfico de Tatton de 1613. Nela há uma das referências mais antigas ao Rio Anauerapucu com a sinalização do que poderia ser uma plantação ou manufatura e mais ao norte indica uma “mina de ferro”. O capitão D’Eça cita na sua carta de 1615 ao vice-rei de Portugal que os ingleses estavam transportando muita terra em barris. Seria minério de ferro?

Los estrangeiros que alli van, cargan tabaco, grano, ó trigo, buenas maderas, mucha tierra en pipas. Dieron esta informacion la gente de una caravela que los Inglezes llevaron al dicho Rio”

“os estrangeiros que lá vão, transportam tabaco, grãos, ou trigo, boa madeira, muita terra em barris. Deram essa informação a tripulação de uma caravela que os Ingleses levaram ao dito Rio.

Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1904, volume XXVI.

Convencido das propostas mais realistas de lucro, em 1613 o rei Jaime I da Inglaterra concede a Robert Harcourt cartas patentes datadas de 28 de agosto daquele ano, ofertando a este e a sir Thomas Challoner e John Rovenon o território compreendido entre o Amazonas e o Essequibo. Harcourt ignorou a imensidão do seu território e focou sua exploração em Oiapoque. (Mcfarlane, 2014).

Ao ser perguntado sobre tesouros fabulosos, Robert Harcourt afirmou não ter achado “nada de novo nem estranho” (Lorimer, 89 p. 40), e assim como Sir Thomas Roe, ele também optou pelo prático: madeira, tabaco e colorau. Mister Harcourt cuidou de seus negócios e deixou livre qualquer outro desbravador para desenvolver suas atividades sem grandes empecilhos comuns em monopólios, como cobrança de taxas e exclusividades do abastecimento, transporte e comercialização da produção. Esse ambiente com tamanha liberdade econômica estimulou a presença de pequenos empreendimentos.

3.2 AS RELAÇÕES DE PODER

Mas quanto a Inglaterra estava interessada nas terras amapaenses e, por extensão, o que representava Santana dentro da visão mercantil e política da poderosa (militarmente) e frágil (economicamente) Inglaterra da virada do século XVII? Aqui vamos discorrer sobre as relações políticas no interior da nobreza inglesa do período que determinou os rumos da Guerra de Conquista da Amazônia.

A estrutura de poder que se desenhava em linhas gerais, do topo à base, começa pelo monarca seguido do primeiro ministro e lorde chanceler (responsável pela justiça). Como apoio, o rei contava com o Conselho Privado composto com alguns membros do parlamento e nobreza. No-

breza e Parlamento rivalizavam em força, porém, no período estudado sempre houve algum nobre a exercer mais influência nas decisões reais.

Durante o Reinado de Elizabeth I, Sir Walter Raleigh foi um cavaleiro que contou com grande apoio real em suas atividades como explorador e corsário. Devemos em muito o conhecimento das rotas marítimas e da geografia costeira das Guianas e Amapá a esse cavaleiro que trouxe dois dos três principais líderes das colônias amapaenses como capitães de seus navios na sua busca pelo El Dourado, a saber Robert Harcourt e Roger North, o irmão mais novo do duque de Lenox. Creditam a Sir Raleigh a introdução de batatas e tabaco na Europa.

Com o falecimento de Elizabeth I em 1603 e ascensão de James I, o nobre mais influente na corte será Jorge Villiers, o primeiro duque de Buckingham, desafeto de Walter Raleigh. Jorge Villiers será sócio da primeira companhia destacada para explorar as costas amapaenses. E não será apenas o novo cavaleiro favorito do rei quem investirá em terras amapaenses: nos registros ingleses pesquisados ou nas cartas do embaixador espanhol Godomar, são citados como sócios ou apoiadores os duques de Warwick, Lenox, Clanricarde, Arundel e Dorset, além dos condes de Pembroke e Southampton, o arcebispo de Canterburg o conde de Hamilton e o próprio lorde Chanceler.

3.3 A COMPANHIA AMAZÔNICA

Criada em 28 de agosto de 1613 com o nome de “*O Governador e Companhia de Fidalgos e Cavalheiros da Cidade de Londres: Aventureiros no e sobre o Rio Amazonas*” pelo rei James I, concedeu Carta Patente ao capitão Robert Harcourt que lhe conferia monopólio administrativo e comercial entre o Rio Amazonas e o Rio Essequibo, no atual Suriname tendo como presidente da Companhia o duque de Warwick. Ela foi concebida após os resultados promissores dos primeiros anos de exploração. (Williamson, 1923).

A intenção da Companhia inglesa era ir além das ações extrativistas dos primeiros 13 anos de atividades e evoluir para uma colonização baseada em bens manufaturados com a implantação de engenhos de açúcar

e industrialização de produtos naturais. Assim, entre os selecionados para os novos assentamentos, além de veteranos, foram escolhidos trabalhadores especializados como tingidores, carpinteiros e farmacêuticos.

A primeira Companhia institucionalizada sofreu com a crise financeira da Inglaterra e teve dificuldades de arrecadar fundos adequados para o tamanho de suas ambições e só conseguiu alcançar um valor minimamente razoável sete anos após, em 1620. Além disso, passou a se confrontar com seu principal antagonista, o embaixador da Espanha na Inglaterra, o conde de Godomar, que a partir de suas intervenções e protestos atrasou o que pôde a viagem dos colonos para terras amapaenses. Os argumentos dos investidores a Godomar de que a ação era meramente comercial e não incluía a presença de exploradores em solo amapaense com base no Tratado de Londres de 1609 perdura ainda hoje em muitos livros de história.

Sir Walter Raleigh que estivera preso recebeu autorização para sua terceira viagem exploratória à América do Sul com a promessa de não se envolver em confrontos militares com os espanhóis; no entanto, seu capitão e braço direito Lawrence Keimys, em viagem à Venezuela, saqueia a cidade de Santo Tomé em janeiro de 1618. Por pressão de Godomar Sir Walter Raleigh foi decapitado em 29 de outubro de 1618.

Entre as ações diplomáticas para obstruir a ação colonizadora inglesa, incluíam o questionamento se as intenções da companhia eram meramente comerciais, a quantidade de pessoas a serem deslocadas e até um possível casamento dos herdeiros do trono inglês e espanhol. Os seguidos adiamentos da autorização do rei da saída dos novos colonos aborreceram Roger North, que decidiu partir sem a permissão real. Era tudo o que Godomar queria, então Roger North foi preso no seu retorno em janeiro de 1621 e a Carta da Companhia Amazônica foi revogada pelo rei.

Os colonos sem apoio real permaneceram trabalhando alheios ao que acontecia na corte e enviando sua produção anualmente, provavelmente com apoio de nobres agindo às escuras e camuflando sua participação via os navios de Flessinger que recolhiam também a produção de suas próprias colônias, rio acima. Em 1619 Robert Harcourt recupera sua Carta Patente apenas para cuidar dos seus próprios colonos no Oiapoque, deixando a região de Brest no abandono.

Segundo Joyce Lorimer (2018), de 1620 a 1625 foi o período mais promissor dos ingleses no Amapá, com uma produção estimada de 800.000 lbs de tabaco por ano, resultando num lucro milionário, sem falar na madeira, colorau, algodão e outros produtos de menor valor. Portanto, o maior problema para uma colonização sustentável foi político e não econômico, ou de adaptação dos colonos com o clima.

A ação diplomática de Godomar, junto ao rei, além de promover a dissolução da Companhia Amazônica, também provocou um fracionamento dos assentados, alguns fiéis aos antigos sócios da companhia que os contratou e outros abandonaram, deixando de assumir seus compromissos financeiros com os investidores. Os assentados naquele momento foram quantificados entre 250 a 400 a depender das fontes. Sem comando, se dispersaram de Santana até o Rio Paru, além do Jari, em núcleos menores, comprometendo também sua capacidade de defesa contra as forças luso-brasileiras que se estruturavam em Belém.

Em 27 de março de 1625, o rei Jaime I falece e seu filho Carlos I assume o trono, e os líderes e capitães Robert Harcourt e Roger North, embora rivais, fazem gestão ao novo rei para que seja retomada a exploração do Amapá e Guianas. Em 3 de abril de 1626, Carlos I institui uma nova companhia denominada de Companhia das Guianas com atribuição de colonizar as Guianas e o Rio Amazonas, “the royal river of Amazon” ampliando o número de ingleses e irlandeses no Amapá.

A nova carta de concessão foi cedida aos capitães North e Harcourt, e o senhor Bampfild foi designado como administrador dos colonos, tanto os que já estavam em solo amapaense, quanto aqueles que ainda chegariam por intermédio da Companhia das Guianas. A nova concessão deveria ser o marco de uma grande retomada, instituindo um centro administrativo e produção de manufaturas, porém os recursos eram escassos e os rivais Robert Harcourt e Roger North não se entendiam em relação à aplicação dos investimentos uma vez que Robert Harcourt insistia em instalar a Companhia no Rio Oiapoque e Roger North na região denominada de Brest, ou Sertão Tucujus. Cada capitão seguirá para destinos distintos com a metade dos recursos e pessoas que seriam necessários para a missão.

É uma região desorganizada e dividida com ingleses e irlandeses em assentamentos mercantis fiéis à Companhia da Amazônia, outros

contestando suas dívidas com essa Companhia por considerá-la extinta e os novos assentados pela Companhia das Guianas divididos entre Robert Harcourt e Roger North, além de outros independentes espalhados pelas florestas. Para piorar esse clima de desgoverno, todos estavam descontentes com a conduta do administrador local da Companhia das Guianas, o senhor Bampffield, considerado autoritário e ineficiente.

Nesse embate, Harcourt perde o cabo de guerra, e a Coroa inglesa passa a concessão das terras amapaenses para as mãos do duque de Buckingham. Roger North, agora aliado do duque, assume a presidência da Companhia e o cargo de governador dos colonos em 19 de maio de 1627, 11 anos antes de Costa Favela ser nomeado donatário de nossas terras e 128 anos antes de Portilho de Melo assumir o comando do povoado de Santana. Roger North pode ser visto como a primeira autoridade institucionalizada que realmente ocupou as terras amapaenses.

3.4 AS TERRAS SANTANENSES NAS CARTAS DE CONCESSÕES

Dada as dificuldades diplomáticas, financeiras e políticas, a carta de Concessão foi sendo alterada diversas vezes, mas em particular vamos tratar de uma alteração significativa que foi a subdivisão de áreas entre os dois capitães Robert Harcourt e Roger North e o papel silencioso do diplomata e parlamentar Thomas Roe. Há indicações de que o Diplomata Sir Thomas Roe, que não estava na relação de associados da Companhia, permanecesse presente por nossas terras e continuasse atuando – e lucrando – sem se envolver em brigas por títulos e cartas usando seu braço direito Matthew Morton para operar. Sigamos os indícios elencados pelos pesquisadores James Willianson e Joyce Lorimer.

Em 1610, consolidando os trabalhos cartográficos dos seus antecessores, Thomas Roe avançou Rio Amazonas adentro e já em 1612 assentou colonos, mesmo ano que também tenha ajudado Thomas King, um independente, a se assentar “na boca do Amazonas” e Philip Purcell a se estabelecer no Rio Tauregue/Rio Preto em 1623.

Parlamentar e diplomata, Sir Thomas Roe pode ter influenciado o novo desenho das cartas de concessão. Ora, na redefinição das cartas patentes de 18 de abril de 1628, houve uma divisão territorial que redefiniu as áreas de jurisdição de Roger North e de Robert Harcourt. No novo desenho, Robert Harcourt ficou responsável por ocupar as terras do Rio Orenoco na Venezuela, adentrando o Rio Amazonas até cinco graus de latitude sul, o que dá no litoral mazaganense, aproximadamente no Rio Preto e de lá para o interior da Amazônia ficou sob a gestão de Roger North. Robert Harcourt ignorou seu extenso território e cuidou unicamente do Oiapoque deixando um vazio no restante do litoral amapaense que vai de Calçoene a Mazagão, justamente nas áreas de atuação de Sir Thomas Roe descritas no parágrafo acima. Seria ele o mentor de nossa gênese?

3.5 ALIANÇA HOLANDESA

Como sabemos, a Holanda era parte integrante do império espanhol e, portanto, os navios das províncias leais tinham permissão tanto para livre navegação quanto para o comércio com a América, o que colaborou com o fortalecimento de sua esquadra, que já no início do século XVII se equiparava em tamanho e força com a espanhola e inglesa. Essa liberdade de navegação nas águas interiores da Amazônia, combinada com o tamanho de sua esquadra, deu aos holandeses maior conhecimento da região resultando no domínio das atividades marítimas na região, predominantemente conduzida pela cidade de Flessinger na Zelândia, uma Província rebelde.

As relações dos colonos ingleses com os navios da Zelândia se deveram ao apoio militar britânico às Sete Províncias Holandesas, que lutavam pela independência do país contra a Espanha, o que resultou na cessão da cidade de Flessinger aos ingleses por trinta anos. Philip Purcell realizou sua primeira viagem de reconhecimento em um barco fretado nesta cidade e Sir Thomas Roe também visitou a cidade antes de realizar seus empreendimentos por aqui.

Era uma aliança vantajosa: os holandeses de Flessinger tinham capital e muita experiência na Amazônia e caso houvesse algum problema com a Espanha pelas ocupações, os nobres ingleses poderiam se omitir da culpa dizendo que os extrativistas ingleses eram funcionários dos rebeldes holandeses. Do outro lado, os holandeses enriqueciam ainda mais e dominavam o conhecimento e a tecnologia de navegação, prova disso é que o famoso cartógrafo De Laet obteve as informações dos ingleses na confecção de seus mapas, um dos mais ricos produzidos sobre a nossa costa, e chegou a ser utilizado séculos mais tarde como prova de defesa brasileira no arbítrio suíço na questão do Contestado Amapaense.

OCUPAÇÃO E COMÉRCIO NO SERTÃO TUCUJUS

4.1 ACIDENTES GEOGRÁFICOS

Para entendermos como os europeus do norte se implantaram é necessário apreender um pouco do território que a quase meio milênio gestou os primeiros contatos entre os europeus e as nossas populações originárias que não possuíam escrita. A leitura dos mapas da época também não é fácil uma vez que rios e localidades foram batizados com nomes distintos por países e exploradores distintos, assim um mesmo rio possuiu duas ou três denominações. Outro obstáculo é a tecnologia incipiente da época, que produzia informações bastante imprecisas, exigindo um esforço maior de comparação e interpretação. Para complicar, após 1632, os portugueses conquistaram a região, rebatizando todos os acidentes geográficos e denominações de localidades e de grupos indígenas.

Nas interpretações contemporâneas dos pesquisadores europeus é comum algumas incorreções alterando ordem de rios que desaguam no Amazonas ou não conseguindo associar uma sinalização no mapa antigo com a localidade atual⁵, induzindo ao erro que os cita, mas, com

5 Um exemplo é um povoado chamado Sapanopoko, que nos mapas é impresso sobre o Arquipélago do Marajó gerando várias hipóteses de localização, mas que no relato da família da Valônia de 1623 é bem explícito que fica “na ilha em frente ao Rio Vila Nova (Callepoke)”. Ora a única ilha na frente do Vila Nova é a Ilha de Santana.

um olhar atento e um pequeno exercício de lógica, é possível identificar os principais acidentes geográficos do estado.

A tabela abaixo contém a síntese dos principais topônimos que usei como referência para conectar as hipóteses e as narrativas presentes neste livro introdutório e que colaborará com algum parâmetro para novos estudos.

Tabela III – Topônimos originários

Município	Topônimo antigo	Referência	Topônimo atual
Oiapoque	Cape d' Orange	De Laet 1630	Cabo Orange
	R. Wiapoca	De Laet 1630	Rio Oiapoque
	R Arrocawo R. Cassepowere	De Laet 1630 Vinborg 1640	Rio Cassiporé
Calçoene	R. Ouanaowerry	De Laet 1630	Rio Cunani
	R. Corrosuine	De Laet 1630	Rio Calçoene
Amapá	R. Arrowary	De Laet 1630	Rio Amapá?
	Cape de Noord	De Laet 1630	Cabo Norte
Afuá	Arouen	De Laet 1630 Vinborg 1640	Ilha de Caviana de Dentro
Macapá/Cutias	Arriwarie	De Laet 1630	Rio Araguari
Macapá	Sapno	De Laet 1630 Vinborg 1640	Rio Gurijuba Bailique
	R. Iapanaowyny	De Laet 1630	Rio Pedreira (?)
Santana	Callepoca	De Laet 1630	Rio Matapi
Santana	Anaracapook	De Laet 1630 Vinborg 1640	Rio Vila Nova
Santana Mazagão	Mallepoca	De Laet 1630 Vinborg 1640	Rio Vila Nova

Município	Topônimo antigo	Referência	Topônimo atual
	Sapanapoock	De Laet 1630 Nicolas Sanson d'Abbeville1656	Ilha de Santana
Mazagão	Tourego	De Laet 1630 Nicolas Sanson d'Abbeville1656	Rio Preto/Maraca Pucu
	Ocquaiari	De Laet 1630 Nicolas Sanson d'Abbeville1656	Cajari
Gurupá	Corropokery	De Laet 1630 Vinborg 1640 Nicolas Sanson d'Abbeville1656	Ilha do Gurupá

Fonte: Produção do Autor.

4.2 AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

Mas como eram os assentamentos europeus na Amazônia do século XVI há quase meio milênio atrás? As informações são escassas, porém os recortes dos relatos de viajantes, exploradores e relatórios oficiais, notadamente de ingleses, espanhóis e holandeses, apontam um roteiro para esse cenário que permite traçar com alguma lógica como éramos no passado.

Passado um século desde que os primeiros navios europeus de diversas bandeiras passaram a frequentar o litoral amazônico, então os dois mundos já haviam se encontrado. O tempo de viagem variava em média 30 dias, por isso o contato com os povos indígenas para obter alimentos e água potável não era uma opção. Após os primeiros contatos temerários, ambos os lados identificavam a possibilidade de se estabelecer – ou

manter – uma relação comercial e assim, após sucessivas viagens, foi possível construir vínculos comerciais e portos preferenciais⁶.

Por volta de 1611, as nações indígenas já estavam habituadas a comercializar com esses viajantes e alguns já até falavam a língua dos exploradores e comercializavam seus excedentes com os europeus. Com o passar dos anos os europeus do norte já tinham suas relações estabelecidas e passaram a implantar feitorias com presença de colonos em solo amazônico para promover o plantio, organizar a busca e coleta extrativa e realizar o armazenamento dos produtos durante o ano. Eventualmente ensinar pequenas manufaturas, em especial a de tabaco.

Esses pequenos povoados, como os descritos nos assentamentos irlandeses do Rio Cajari orbitando alguma aldeia indígena, parece ter sido o padrão, pois era o modelo praticado pelas mesmas nações europeias em todas as Guianas. Esses alojamentos podiam ser intermitentes ou não, a depender da sazonalidade dos produtos e das relações estabelecidas com cada nação indígena. Segundo relatos, a presença europeia variava de dezenas a uma centena.

4.3 TIPOS E LOCALIZAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES HUMANAS

4.3.1 TIPIFICAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES HUMANAS

Aqui há outros desafios metodológicos, afinal, além de quatro séculos de distância temos que considerar o caráter sigiloso, senão ilegal dessas

6 “Negociamos sem falar, mostrando por figuras o que queríamos ter ou dar, mas não podíamos então fazer uma grande troca neste lugar, porque todos eles estavam nos impedindo de trabalhar, dessa vez rindo. Às vezes eu gritava com eles com as mãos nas costas enquanto brincavam comigo, mas eles sempre queriam retribuir enquanto riam. Eles parecem ousados e beligerantes, cortesies e liberais, e têm rostos muito alegres”. Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales*, 1617, GALICA Livro II, p. 82

feitorias e não menos importante a sua temporalidade, uma vez que a maioria foram destruídas ainda em sua fase de consolidação.

Uma prova é que a feitoria de Sir James Ley que, ao que tudo indica, será o primeiro assentamento europeu em terras amapaenses com registro documental preservado na Inglaterra, implantado em 1600, será efêmero e não aparece em nenhum dos mapas mais consistentes do período. Charles Leigh que implanta sua colônia também no Rio Oiapoque terá existência breve e perdurará de 1604 a 1606 e também não possui registros cartográficos que associe a ele.

No mapa de De Laet de 1630 há a sinalização de assentamentos não ibéricos em todo o litoral amapaense. Esses eram os locais de parada de navios holandeses que poderiam ser ou feitorias independentes, ou aldeias com as quais faziam comércio diretamente. Em alguns há apenas os nomes dos navios que faziam rotas a esses portos, segundo Hulsman (2009), e provavelmente eram apenas entrepostos – locais de parada e troca de mercadoria.

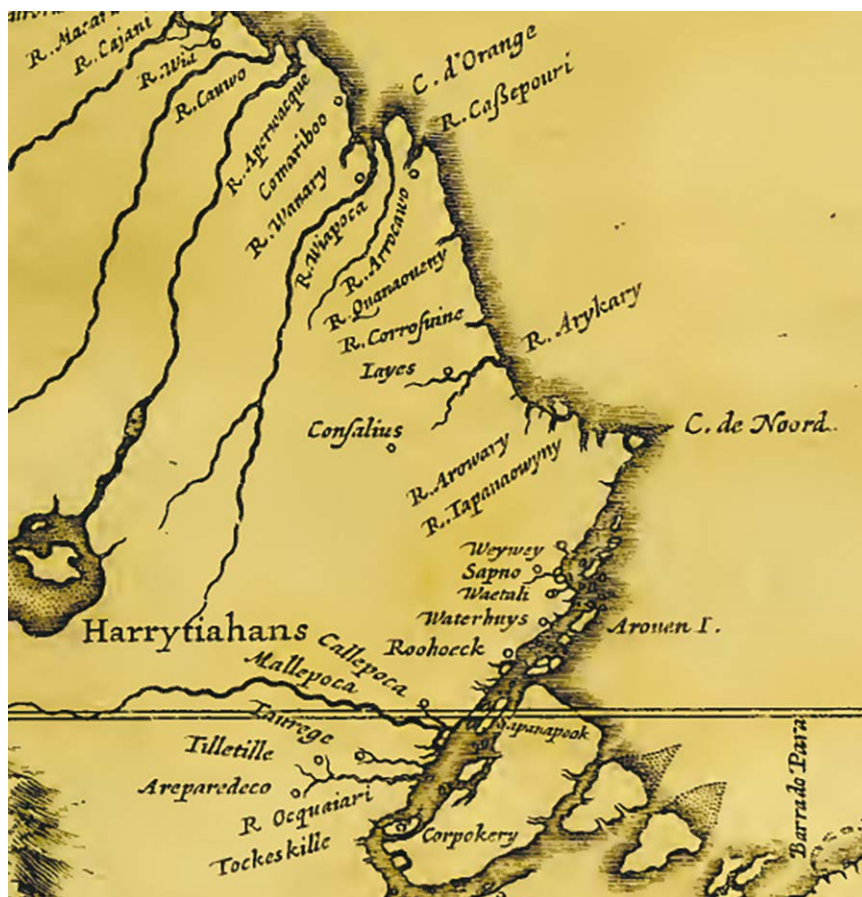
Portanto, há a necessidade de tipificar o que visualizamos nos mapas com base nos relatos de exploradores da época para um melhor entendimento de como funcionava a rede humana de acordo com sua funcionalidade, estando no topo a vila, e depois o povoado, a feitoria, o entreposto e o acampamento de coleta de produtos extrativistas. Não há relatos de vilas. Dadas as devidas explicações, segue a tabela de ordenamento e caracterização.

Tabela IV – Tipificação das aglomerações humanas.

Aglomeração Humana	Caracterização
Vila	Aglomerado populacional de maior densidade que o povoado, com presença de comércio e serviços.
Povoado	Aglomerado populacional de menor densidade que a Vila sem a presença do setor de serviços.
Feitoria	Misto de porto, fortificação, mercado e armazém de produtos extrativistas.

Aglomeraco Humana	Caracterizaco
Entrepasto	Simples ancoradouro natural em aldeias destinado a comercializaco de barcos em trnsito com os indgenas.
Acampamento de coleta	Acampamento mata adentro para plantio e coleta de produtos.

Fonte: Produo do autor.



Mapa V - Recorte do mapa de Ioanne De Laet de 1630

Fonte: Biblioteca John Carter Brown Disponível em: <https://archive.org/details/beschrijvinghevaoolael/page/n635/mode/2up> consultado em 1/5/22

4.3.2 A LOCALIZAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES HUMANAS

Seguindo essa tipificação, vemos um possível entreposto no Rio Uaçá, outro aparentemente no Rio Calçoene ou Amapá denominado de “Layes” e bem mais para o interior, a sudoeste, “consalius”; depois temos Werwey (Rio Araguari), Sapno, (Rio Gurijuba), este também um famoso ponto de conexão sem bandeira que finaliza a relação de referências da costa atlântica amapaense.

Na foz do Amazonas, seguindo a direção de norte a sul temos Waetali, Waterhuys e finalmente Hoohoeck, identificada por muitos pesquisadores como sendo dentro do município de Macapá, aparentemente na região da pedreira ou Itaubal, o que me parece razoável pela presença de rios navegáveis e locais mais vantajosos para atracação. Hoohoeck foi citado por Husman como uma enseada de encontro dos navios que rumaria Rio Amazonas adentro.

Em Santana – identificada pela linha do equador e o bem desenhado Rio Vila Nova – há as denominações Callepoca e Mallepoca e a Ilha de Santana Sapanapook. Alguns pesquisadores apontam Sapanapook como sendo na Ilha Pará, porém relatos de viajantes de 1623 elucidam a dúvida por associar Sapanapook a uma aldeia em uma pequena ilha em frente ao Rio Vila Nova.

Os relatos portugueses dão ênfase nas feitorias financiadas pelos nobres ingleses, pois eram justamente aqueles que lideravam as defesas dos territórios, sejam casas fortificadas, fortins e fortaleza, como é o caso de Taurego ou Tauregue I erguido por Philip Purcell; Taurego II edificado por seu irmão, James Purcell; o Forte Felipe (Phillip) construído pelo capitão Roger North e o Forte Cumaú erguido por Roger Fry. Mais adiante falaremos mais sobre elas.

Já dentro do canal norte propriamente dito, temos, do Mazagão em diante, Taurego, Tillette, Areparedeco e Ocquaiari (Rio Cajari). No extremo sul da Ilha Pará temos Corpokery. Há uma denominação Tockeskill após o Rio Cajari, que Joaquim Caetano interpreta como o canal formado entre o continente e as Ilhas de Santana e Ilha Pará conformando o território denominado de Brest por Joaquim Caetano. Daí em diante, em território paraense, teremos os assentamentos holandeses.

Cruzando as informações dos mapas com os relatos de viagens e seguindo os critérios estabelecidos na tabela III, procurei fazer a tipificação das aglomerações humanas e assim propor um desenho das redes de povoações para melhor entender o território da época.

Tabela V – As redes de povoação.

Município	Nome da ocupação humana ou fundador	Nacionalidade e ano	Tipificação	Localização atual
Oiapoque	Sem denominação	Sem identificação SD	Sem tipificação	Rio Uaçá
	Sir James Ley	Inglesa 1600	Feitoria	Rio Oiapoque
	Charles Leigh	Inglesa 1604	Feitoria	Rio Oiapoque
	Robert Harcourt	Inglesa 1613	Feitoria	Rio Oiapoque
Calçoene ou Amapá	Layes	Mayés? SD	Entrepasto	Rio Calçoene ou Amapá
Tartarugalzinho?	Consalius	Wackhans? SD	Entrepasto	Serra Lombarda (?)
Macapá	Werwey	Aricaris? SD	Entrepasto	Rio Araguari
Macapá	Sapno	Maruanuns SD	Entrepasto	Rio Gurijuba
Macapá	Sapenou	Maruanuns SD	Povoado	Bailique
Macapá	Waterhuys	Maruanuns SD	Entrepasto	Macacoari
Macapá	Waetali	Maruanuns SD	Entrepasto	Ipixuna
Macapá	Hoohoeck	Maruanuns SD	Entrepasto	Pedreira
Santana	Forte Cumaú	Inglesa 1631	Forte	Fortaleza
Santana	Fundações sem identificação	Sem identificação	Casa Forte	V. Amazonas
Santana	Sir Thomas Roe	Inglesa 1611	Feitoria	(?)
Santana	Forte Phillip	Inglesa 1629	Forte	Rio Amazonas
Santana	Callepoca	Tucujus SD	Feitoria	Rio Matapi
Santana	Pattacue	Inglesa 1629	Feitoria	Rio Matapi

Município	Nome da ocupação humana ou fundador	Nacionalidade e ano	Tipificação	Localização atual
Santana	Mallepoca	Tucujus SD	Entrepasto	Rio Vila Nova
Santana	Sapanapook	Tucujus SD	Entrepasto	Ilha de Santana
Santana ou Mazagão	Tauregue II	Inglês/Irlandês 1629	Posto de Vigia	Rio Preto ou Ilha Pará ou Ilha de Santana
Mazagão	Taurego	Irlandês 1629	Forte	Rio Preto
Mazagão	Tilletille	Inglês SD	Povoado	Rio Cajari
Mazagão	Ouarmeouaka (Uarimiuaca)	Inglês SD	Povoado	Rio Cajari
Mazagão	Areparedeco	Inglês SD	entrepasto	Rio Cajari
Mazagão	O'Brien	Irlandesa 1620	Feitoria	Entre Cajari e Rio Preto
Gurupá	Corpokery	Inglês/Holandês	Área extrativa	Ilha de Gurupá

Fonte: mapa de Ioanne De Laet de 1630, adaptado pelo autor.

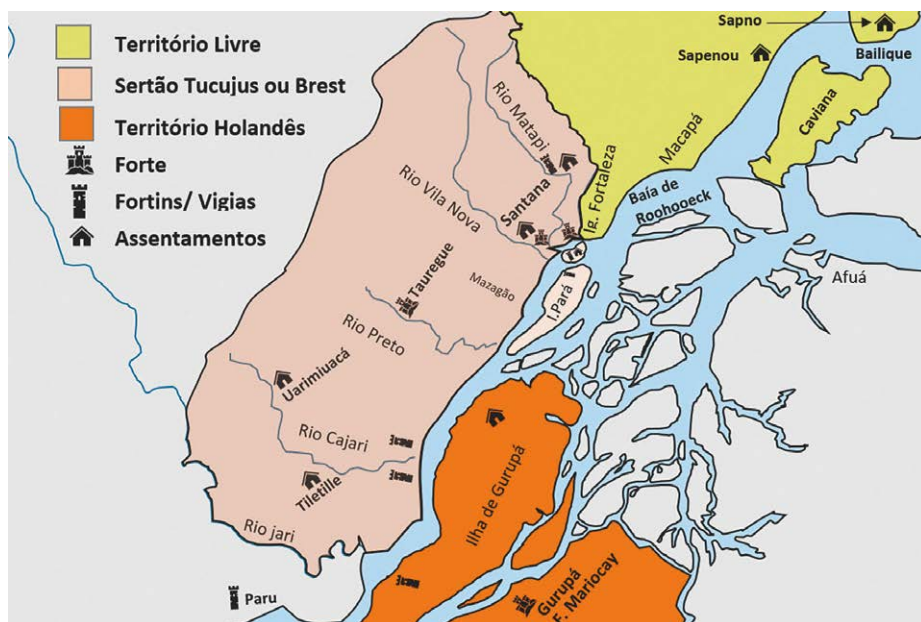
4.4 OS TERRITÓRIOS FORMADOS

A conformação territorial se inicia com o trânsito de navios exploradores e posteriormente navios comerciais ou em trânsito tanto para o sul da América do Sul quanto para a América do Norte e Caribe que tinham convergência de suas rotas na foz do Rio Amazonas, um espaço com indígenas afeitos ao comércio, baías abrigadas de ventos e marés destinadas a reparos e amplo acesso a víveres para reabastecimento.

Esse ponto de convergência e passagem de ingleses, franceses, holandeses, irlandeses, portugueses e espanhóis teve seu epicentro nos povoados/aldeias de Sapanou e Sapno localizados no Bailique e Foz do Rio Araguari. Esta região seguia até a Baía de Macapá (Roohooeck), ponto de encontro das frotas com seus navios de busca que iam à frente,

verificando onde ficava o canal, portos e marés. Essa região situada entre o Bailique e a Baía de Macapá é o que denomino de Território Livre: “neutro”, multicultural, multilinguístico e ponto de acesso a todos os demais territórios Rio Amazonas adentro.

Após esse território temos o que os portugueses chamavam de “Sertão Tucujus” que, no início do século XVII, ia aproximadamente do Igarapé da Fortaleza até o Rio Jari. Os Ingleses denominavam este território de “Brest”, segundo Joaquim Caetano, denominação grafada no mapa de Nicolas Sanson d’Abbeville de 1656. Podemos dividir a região de “Brest” em duas partes, uma que vai de Santana até o Rio Preto pela parte continental e pelo Rio Amazonas nos limites da Ilha de Santana e Ilha Pará liderada pelos ingleses, mas também multicultural. Do Rio Preto até o Jari o subterritório era conduzido conjuntamente com os irlandeses, súditos ingleses. Após o Rio Jari e Ilha de Gurupá temos o território de holandeses das Sete Províncias Unidas, anglicanos, escravistas e inimigos dos espanhóis que dominavam seu país.



Mapa VI -Territórios do proto-Amapá.

Fonte: produção do autor.

4.4.1 AS REDES TERRITORIAIS

As informações que temos permite intuir que, sendo uma ação de extrativismo vegetal, o padrão de trabalho e de organização espacial seja um misto entre as feitorias europeias daquele século, adaptadas às necessidades das atividades extrativistas similares às redes extrativistas de castanha e borracha: uma pequena vila nas margens de um rio principal, em geral, na sua desembocadura; um trapiche e conjugado a uma casa fortificada, fortim ou fortaleza dependendo do tamanho do empreendimento e que serviam de paiol, armazém e defesa, equivalente aos nossos armazéns e barracões de borracha.

Além da vila, rio acima e floresta adentro, casas de taipa mais rudimentares dispersas para dar suporte, alojamento e armazenamento provisório aos trabalhadores extrativistas que certamente passavam dias floresta adentro ou coletando, ou negociando com as nações indígenas. Essa geografia explica o motivo de os holandeses e ingleses listarem dezenas de locais de comercialização que não estão presentes nos documentos portugueses que se preocuparam unicamente em fazer referência às fortificações.

Essa territorialidade em rede é o que vemos nos relatos de Geleijn van Stapels nos territórios ingleses do Rio Cajari: duas fortificações que protegiam a boca do Rio como base e a dezenas de quilômetros rio acima as áreas extrativistas de Tilletille, Vuarimiuaca.

Na quinta-feira entramos no Rio Okiarj ” (Okaiari, mapas holandeses; Cayary ou Cajary) 40 minutos ao sul da linha entre aquela e uma ilha que está em frente. No mesmo dia nos levaram para ver *Tilletille*, residências dos ingleses, seis léguas (cerca de 30 km) rio acima e uma légua (cerca de 5 km) terra adentro. Achamo-as muito agradáveis por ser no campo, salpicado de arvoredos e de pequenas lagoas, mas o local é quase todo árido. No sábado 4, chegamos ao navio. No domingo 5, levaram-nos a *Ouarmeouaka* (Uarimiuaca), outra residência dos ingleses cinco léguas (cerca de 25 km) mais acima que a outra e sobre o mesmo rio. Era também uma residência muito agradável nos dois lugares, os ingleses tinham muito espaço para plantar tabaco. (Diário cit., Sloane, Ms. 179 B).

Isso explica o possível funcionamento das pequenas feitorias “independentes” comuns nos relatos ingleses, pois elas poderiam ser autossuficientes permanecendo coletando e estocando seus produtos e comercializando com qualquer um que passasse de navio em frente ao seu armazém, seja inglês, irlandês ou holandês, como assim fizeram os regatões amazônicos séculos mais tarde. Essas comunidades mantinham relações e era comum haver a presença de duas ou mais nacionalidades trabalhando sob uma mesma bandeira. Em Santana e em outras localidades do entorno margeando o litoral de Mazagão até o início do Jari, havia o predomínio de ingleses e irlandeses sob a batuta da Companhia da Amazônia e muitos assentamentos independentes. Do Rio Cajari em diante o predomínio era de assentamentos holandeses.

Os navios traziam produtos para a manutenção dessa força de trabalho extrativista com víveres, bebidas e ferramentas e retornavam com a produção da safra. Em Santana, ingleses e irlandeses foram abastecidos pela Companhia do Amazonas liderada por Robert Harcourt e posteriormente, numa aliança de Harcourt e o Capitão Roger North, pela Companhia Guiana que sucedeu a primeira companhia.

Também era comum os assentados independentes que chegaram por conta própria ou fruto das divisões das Companhias e aparentemente eram maioria dada a impossibilidade da coroa inglesa de estabelecer sua governança tanto por motivos econômicos quanto políticos. Esses assentamentos tinham o suporte logístico via navios próprios, de holandeses de Flessinger ou pela Companhia das Índias Orientais, que possuíam diversas feitorias mais estruturadas entre Gurupá e o Rio Xingu.

4.5 O SERTÃO TUCUJUS OU BRESI

Nações indígenas ocupando seus vales e negociando com acampamentos de coleta dentro de seus territórios, acampamentos que escoavam produção para povoados ou feitorias fortificadas. Feitorias fortificadas posicionadas estrategicamente para proteger demais pontos de negócio

e ocupações humanas, gerando fluxos de pessoas e mercadorias formando redes. Redes de habitação, comércio e defesa formando território.

E o território escolhido foi onde se imaginava mais defensável, no lugar onde o canal do Rio Amazonas se estreita e qualquer navio inimigo que passasse ficaria ao alcance de uma bala de canhão. Ali os ingleses e irlandeses se encastelaram nessa porção de terras às margens do Rio Amazonas que começa no igarapé da Fortaleza e seguiam pelo litoral continental até o Rio Preto bordeado do outro lado do rio pelas Ilhas de Santana e Ilha do Pará. E seu nome era Brest; para os portugueses “Sertão Tucujus”, nossa terra matriz.



Mapa VII - Mapa detalhe do Sertão Tucujus.

Fonte: Produção do autor.

4.6 A SANTANA ANCESTRAL

A Santana originária do primeiro quarto do século XVII era habitada por indígenas Tucujus tanto na sua porção continental quanto na Ilha de Santana. Apesar de a exploração e comércio com indígenas na Calha

Norte do Rio Amazonas retroceder a 1498 (Azevedo, 1892), os primeiros relatos que temos sobre o sítio da Santana datam de 1613. Eles chegaram até nós via um esboço de mapa produzido por Gabriel Tatton retratando a viagem de Mathews Morton e Sir Thomas Roe de 1611 na Amazônia, onde em junho desse ano desembarcam alguns colonos para a implantação de uma feitoria em lugar indeterminado. Neste mapa, podemos observar uma série de anotações no entorno da linha do Equador que infelizmente não consegui obter nenhuma reprodução digital com resolução suficiente para ler o descritivo. É certo que houve, senão a permanência, pelo menos a exploração detalhada do município por Sir Thomas e Morton, pois nele é possível ver os lagos que se formam no



1 Ipixuna 2 Pedreira 3 I. dos Porcos 4 Linha da costa 5 I. Queimada 6 Matapi 7 I. de Santana 8 Vila Nova 9 R. Mazagão

Mapa VIII – Comparativo do Recorte Chat Taton e Google Earth.

Fontes: 1 – 2 Google Maps, Mapa da região estuarina da Calha norte do Amazonas.

interior dos Rios Matapi e Vila Nova e as colinas que se formam no seu alto curso a mais de 200 km rio acima.

Instalados nos primeiros anos de 1600 na região de Gurupá, coube aos holandeses a primazia na definição dos nomes dos acidentes geográficos, que foram descritos nos mapas da época. O conjunto desses, em

sobreposições, dá o desenho dos toponômios de Santana dos primórdios, tendo como diretrizes na mitigação de contradições, a referência da Linha do Equador, o relato do explorador que o encomendou, e minha própria vivência de quem navegou em todos os principais rios do estado.

4.6.1 NOMES DOS ACIDENTES GEOGRÁFICOS

Assim chegamos a uma aproximação do desenho da época com os seguintes nomes: Rio Vila Nova (Mallepoke), Matapi (Callepoke) e Ilha de Santana (Sapanopoko). A ilha de Santana vale um carinho à parte, pois sempre se associou a localização da Ilha de Sapanopoko a outras ilhas maiores que curiosamente não possuíam relato de ocupação por feitoria. A associação de Sapanopoko com a Ilha de Santana se dá por meio de uma carta de uma família da Valônia em viagem exploratória por nossas terras em 1623.

Na segunda-feira dia 29 levantamos âncora para ir ao rio Okiari, onde moravam os ingleses. Passamos pela linha equinocial, que atravessa uma pequena ilha entre a aldeia de Sapanapoko (Ilha de Santana) e Caillepoko (Vila Nova). Uma família da Valônia na América, R. W. Forrest, Boston, 1914.

4.6.2 OCUPAÇÃO ORIGINÁRIA

Estudos antropológicos nas Guianas apontam para um adensamento das populações indígenas em regiões de comércio com os europeus (Husman 2003), e é o que deve ter acontecido com Santana, o que explica a presença de tantos sítios espalhados em uma área tão reduzida. Assim, a população originária de Santana pode ter sido até maior do que as projeções usando o método de Denevan. A seguir apontamos indícios em que estavam localizadas.

Há relatos e registros da presença indígena em todas as bordas de rios que tenham terra alta, sem terreno inundável e também na transição

entre floresta e cerrado, como Ilha de Santana, no Recanto da Aldeia e ponta Leste, no intercurso da foz dos Rios Matapi e Vila Nova, no atual bairro Acquaville, Porto do Céu, Novo Horizonte, Vila Amazonas e Foz do Igarapé da Fortaleza. Seria provável afirmar que a região do Porto de Santana no Bairro Comercial também tenha sido um sítio por apresentar as mesmas características que as demais, porém, por ser de uma área de ocupação secular, a cidade e portos provavelmente sepultaram tais registros.

A ocupação de feitorias lideradas por ingleses, mas com participação de pessoas de diversas nacionalidades como irlandeses, holandeses, franceses e até italianos e escoceses, ocorre de forma interdependente e associada às aldeias indígenas. Essa conexão é explicada num texto do irlandês Bernad O'Brien de 1621.

O suplicante, (Bernad O'Brien) que logo aprendera a língua dos indígenas (sic...), às vezes saindo de sua fazenda e distrito para ajudá-los, obteve a vitória para eles com mosquetes e estratégia, e por isso os conquistou para o lado dele e os obrigou a cultivar tabaco e algodão para ele (Bernard), e a dar-lhe a comida e a bebida daquele país.⁷

4.6.3 AS OCUPAÇÕES HUMANAS

Assim, podemos supor que uma eventual feitoria de Sir Thomas Roe em 1611 possa ser algumas das sinalizações ilegíveis no Mapa de Gabriel Tatton grafadas em terras santanenses e tenha se localizado nos sítios identificados indígenas nos mapas mais antigos, seja na Ilha de Santana (Aldeia Sapanopoko), seja na Vila de Callepoka, Rio Matapi adentro, provavelmente, ou no bairro de Acquaville, ou no Porto do Céu no Distrito do Coração pela ocorrência de achados arqueológicos.

As fontes portuguesas apontam que os combates da conquista do Forte Philips tenham ocorrido no sítio localizado entre os Rios Vila Nova

7 Carta de Bernad O'Brien disponível no Archivo General de Indias (AGI), Sección 5, Indiferente General, legajo 1872, documento físico.

e Matapi, porém as fontes inglesas não citam Forte Philips, mas outro, denominado de Forte North ou Pattacue que Clovell e Hixon disseram se dirigir em 1629, localizado no Rio Matapi adentro, conforme registrado no mapa de Vingboon. Há a possibilidade da existência de ambos, um mais estruturado para a defesa na foz do rio e outro mais interior, uma casa-forte com paliçada, utilizado para armazenamento mais próximo das lavouras de tabaco e do colorau plantados nas cercanias das aldeias.

Há a hipótese, ainda que vaga do Tauregue II, uma Vigia Fortificada ter sido erguida do lado oposto do Forte Philips na extremidade oeste da Ilha de Santana em 1628, como pode supor o mapa Carta Particular, de Robert Dudley. No outro extremo da Ilha, no seu lado leste, há outro indício arqueológico de fortificação, possivelmente a Casa-Forte da Ilha de Santana de 1729, reconhecida por documentos portugueses, mas sem identificação de localização.

Por último e não menos importante o sítio do Forte Cumaú de 1631, uma das inúmeras feitorias independentes, hoje reconhecido pelo IPHAN como o sendo às margens do Igarapé da Fortaleza, rebatizado de Cumaú Português após a sua conquista e posteriormente ampliado para dar lugar ao Forte de Santo Antônio de Massapá. Além desses, há indícios de uma pequena fortificação na Vila Amazonas, onde hoje é a RPPN Revecon.

Tabela VI – As redes de Povoação.

Governança Geral em ordem cronológica:

Robert Harcourt - Roger North - William Bampfield - William Clovell

Companhia	Feitoria	Aldeia	Idealizador	Líder local
Amazonas/Guianas	Phillip	Callepoca	Sir Dudley, 3º Barão de North	James Purcell
Guianas	Pattacue	Mallepoca	Duque de Buckingham	William Clovell Thomas Hixson
Independente	Cumaú	Cumahu	Conde de Ber- kshire	Roger Fry



Mapa IX – Santana Ancestral.

Fonte: Bibliografia do livro e trabalhos de campo consolidados pelo autor.

4.7 ATIVIDADES ECONÔMICAS

Embora tenham relatos que desde o início do século XVI diversos exploradores negociaram com as nações indígenas pelo litoral amazônico madeiras e especiarias, ainda eram atividades incidentais e incipientes. Foi a partir das explorações inglesas na virada do século que tais atividades foram ganhando organização e escala e podemos dividi-las em cinco períodos: de 1498 até 1598, período das viagens exploratórias e início do intercâmbio comercial interpovos; de 1600 até 1613, quando da implantação dos primeiros assentamentos realizados pelos capitães de navios comandados por Sir Walter Raleigh e outros empreendedores autônomos holandeses, ingleses e irlandeses. De 1613 a 1621, período de vigência da primeira Carta de Concessão, ajustada para a implantação da Companhia Amazônica, uma empresa com sócios e carta patente real que se degenera devido à ação do embaixador Godomar; de 1621 a 1632, período de crise e divisões internas dos líderes, com a constituição pelos ingleses da Companhia das Guianas em substituição a Companhia Amazônica, já com a Guerra da Conquista deflagrada, e após 1632 quando a principal fonte de renda portuguesa foi a caça dos amapaenses originários.

Mas quão viáveis eram tais empreendimentos? Para responder tal pergunta temos que considerar o custo de manutenção dos colonos e do transporte em relação à capacidade produtiva e valores dos produtos comercializados. Há um extenso material com os registros comerciais desse período por toda a Europa, com unidades de medida diversas e também com unidades monetárias distintas, em especial o Ducado, o Florim holandês e a Libra Esterlina inglesa. Há também a capacidade de tonelagem dos navios e os custos de transporte de cargas e manutenção dos colonos. Não é uma conta fácil, mas é possível dar referências.

Para ainda que superficialmente dar uma dimensão do comércio, optei por utilizar as referências inglesas, primeiro por se tratar das unidades utilizadas pelos colonos ingleses e irlandeses que ocuparam nosso território, e segundo pela facilidade de conversão das unidades monetárias em valores atuais. Uma libra esterlina variou de peso entre

6 a 8 gramas de ouro e para efeitos práticos estabeleci a média de sete gramas. Uma libra era dividida em 20 shillings. Cada shilling valia 12 pences. Assim, tendo o valor pago em libra no período, basta multiplicar pela cotação atual do grama do ouro para termos a aproximação de valores das cargas em valores atuais.

4.7.1 O CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTADOS INGLESES

Em documentos ingleses, Roger North estimou os custos totais do envio e manutenção dos colonos da Companhia das Guianas em torno de £3,000/0/0. Então, o custo de implantação dos empreendimentos girava em torno de cinco milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e dois reais, conforme tabela abaixo.

Tabela V – Custo de implantação de um assentamento.

Valor em Libra Esterlina (A)	Peso da Libra em Ouro (B)	Cotação do Ouro 2022 (C)	Valor total (\$) (AxBxC)
£ 2.600,000	7	289,06	R\$ 5.260.892,00

Fonte: Joyce Lorimer, adaptado pelo autor.

4.7.2 O DESEMPENHO FINANCEIRO

Cada assentamento/feitoria deve desempenho distintos, Joyce Lorimer compara o desempenho de uma das feitorias apoiadas por Sir Thomas Roe, provavelmente o que ocupou Santana, e dos holandeses.

Tabela VII – Desempenho financeiro.

Cenários	Valor em £ (A)	Gramas de ouro em 1 £ (B)	Cotação do Ouro (C)	Valor total (\$) (AxBxC)
Pior	£ 2.300,000	7	289,06	R\$ 4.653.866,00
Melhor	£ 6.000,000	7	289,06	R\$ 12.140.520,00

Fonte: Joyce Lorimer, adaptado pelo autor.

4.7.3 OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Os principais produtos comercializados aqui foram tabaco, colorau e madeira, todos produtos já cultivados pelas populações indígenas locais e de fácil coleta e armazenamento após secagem. Há citações de produção tardia de cana-de-açúcar aqui e de algodão e pesca de peixe-boi em outros municípios.

4.7.3.1 O TABACO

A unidade de massa utilizada era a libra, que equivale a 453,592 gramas, quase meio quilo; fazendo a conta inversa, um quilo de tabaco equivalia a 2,20462442 libras de peso. Esse “meio quilo” de tabaco, de boa qualidade, valia 35 shillings, 70% de uma Libra Esterlina. Assim estimamos o valor do tabaco de Santana em 1620 em R\$ 3.116,07 reais o quilo e a tonelada em R\$ 3.122.616,80.

Tabela VIII – Valor atualizado do Tabaco.

Kgs de Tabaco (A)	Conversor (B)	Libras de peso (C) (AxB)	Valor do peso em £ (D)	Valor da Carga em £ (E) (Cx D)	Gramas de Ouro em 1£ (F)	Cotação do Ouro (R\$) (G)	valor da carga (R\$) (H) (ExFxG)
1,00	2,20	2,20	0,70	1,54	7	289,06	R\$ 3.116,07
1.000,00	2,20	2.204,62	0,70	1.543,23	7	289,06	R\$ 3.122.616,80

Fonte: Willian Hulsman, adaptado pelo autor.

4.7.3.2 O COLORAU

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o colorau variou de preço entre 1 a 12 shillings dependendo da praça e qualidade. Assim, calculamos pela média de preços de 6 shillings, (30% de uma libra Esterlina) estimando o valor do coloral de Santana, em 1618, em R\$ 1.338,26 reais o quilo e a tonelada em R\$ 1.338.264,34.

Tabela IX – Valor atualizado do Colorau.

Kgs de Coloral (A)	Conversor (B)	Libras de peso (C) (Ax B)	Valor do peso em £ (D)	Valor da Carga em £ (E) (Cx D)	Gramas de Ouro em 1£ (F)	Cotação do Ouro (R\$) (G)	valor da carga (R\$) (H) (ExFxG)
1,00	2,20	2,20	0,3	£ 0,66	7	289,06	R\$ 1.338,26
1.000,00	2,20	2.204,62	0,3	£ 661.38	7	289,06	R\$ 1.338.264,34

Fonte: Willian Hulsman, adaptado pelo autor.

4.7.3.3 A MADEIRA NOBRE

A madeira de lei como o pau-brasil ou uma denominada “madeira manchada” – talvez nosso angelim-rajado – foi estimada por Harcourt a 40 Libras esterlinas a tonelada. Assim temos que uma tonelada valia em média R\$ 80.936,80 reais e dez toneladas em R\$ 809.368,00.

Tabela X – Valor atualizado da Madeira Nobre.

Tonelada (A)	Valor da Carga em £ (B)	Gramas de Ouro em 1£ (C)	Cotação do Ouro (D)	valor da carga (R\$) (E) (Ax BxCxD)
1	40,00	7	289,06	R\$ 80.936,80
10	400,00	7	289,06	R\$ 809.368,00

Fonte: Willian Hulsman, adaptado pelo autor.

4.7.3.4 A PROJEÇÃO DO LUCRO

Os navios que adentravam o delta do Rio Amazonas e seus afluentes eram de pequeno porte para que pudessem navegar em canais rasos, sendo comum os relatos de embarcações em média de 60 toneladas, como o utilizado pelos portugueses nos deslocamentos de tropas contra os holandeses.

Considerando que metade da sua capacidade de carga estivesse comprometida com o peso da tripulação, víveres, água, artilharia, lastro e equipamento náuticos, ainda sobriariam 30 toneladas de capacidade de carga para armazenamento de produtos. Desse modo imaginemos como poderíamos preencher um patacho do século XVII com produtos santanenses e qual seria seu valor de carga.

Concebemos que usando os valores descritos nas tabelas anteriores e um navio abastecido com a produção de três hectares de plantio com seis toneladas de tabaco, três toneladas de colorau e 19 toneladas de carga de madeira nobre, teríamos numa feitoria em plena atividade a possibilidade de alcançar mais de um bilhão de reais em produção. Esse foi o motivo e o valor da audácia inglesa.

Tabela XI – Valor atualizado da carga de um navio patacho.

Produto	Carga em ton.	Valor (ton.)	valor da carga (R\$)
Tabaco	16 ton.	R\$ 3.122.616,80	R\$ 49.961.868,80
Coloral	4 ton.	R\$ 1.338.264,34	R\$ 5.353.057,36
Madeira	10 ton.	R\$ 809.368,00	R\$ 8.093.680,00
Valor total da carga			R\$ 63.408.606,16

Fonte: Willian Hulsman, adaptado pelo autor.

Temos então um custo declarado de R\$ 5.260.892,00 e uma receita de R\$ 63.408.606,16 com o navio em carga plena, o que dá um saldo de R\$ 58.147.714,16/ano. Os assentamentos amapaenses não alcançaram sua plenitude tanto pela descoordenação dos seus promotores quanto pelo desbaratamento provocado pela diplomacia espanhola e a guerra promovida pelos luso-brasileiros, forçando contínuos recomeços.

Diferente do primeiro período em que o comércio se dava entre embarcação e nativo, sem a presença e controle territorial, a última década se caracterizava por ocupações europeias dedicadas ao extrativismo e em seus últimos momentos havia um movimento entre os financiadores ingleses de transição de atividades puramente extrativista/agro-extrativista, para manufaturas, o que poderia iniciar um processo de complexação da cadeia produtiva.

As relações comerciais interpovos aparentemente eram horizontais e livres, pois em meus levantamentos não constatei relatos nem de escravidão, seja de ameríndios, seja de africanos, nem de imposição religiosa. Ingleses e irlandeses comercializaram em Santana, majoritariamente, quatro produtos, sendo o principal o tabaco, depois o colorau, a madeira, a cana-de-açúcar, além de outros produtos entregues em menor volume e regularidade, que trocavam com os ameríndios por ferramentas e materiais decorativos.

A RESPOSTA IBÉRICA

5.1 O PACTO IBÉRICO PARA A DEFESA DO TERRITÓRIO

Tamanha movimentação de pessoas e cargas no litoral amazônico não podia passar despercebida das autoridades ibéricas, e as informações chegavam tanto da Inglaterra quanto do Brasil. As informações advindas de Londres chegavam por meio do embaixador Don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar. Ele reviverá o fantasma criado por Cabot, de uma possível invasão do Peru via Amapá e foi o grande antagonista dos interesses ingleses na calha norte do Rio Amazonas e provocou prisões e guilhotinamento entre nobres e exploradores ingleses.

Os reis espanhóis davam pouca importância a Portugal e menos ainda ao Brasil. No acordo da união das coroas Portugal ficou como um vice-reinado, com autonomia administrativa, vice-rei e Conselho de Estado. O Brasil era um problema português, pois Felipe III estava mais interessado com outras áreas do seu império; assim, a despeito dos esforços do embaixador Godomar, as respostas às invasões foram sendo procrastinadas.

O desenho de defesa instituído no Brasil de 1600, pelos ibéricos, previa a **divisão de responsabilidades**: a Espanha tinha a atribuição de defesa dos oceanos e o suporte naval, já a defesa do território era de atribuição de Portugal, que por sua vez transferia a responsabilidade – militar e financeira – aos luso-brasileiros residentes. Era uma época que não havia senso de brasilidade, todos eram portugueses.

A forma de **custear** tais investimentos em defesa se dava por meio de pagamento de tributos sobre produtos agrícolas, de taxas alfandegárias sobre equipamentos ou de recursos advindos de cotas de arrendamentos

de monopólios reais para famílias abastadas. Alguns autores estimam que pelo menos a metade de todo o montante arrecadado no Brasil no início do século XVII foi destinado aos gastos militares, incluindo o Sertão Tucujus. (Costa, 1985).

Outro elemento no pacto de defesa que devemos considerar era o **espírito da época**: era o século das grandes descobertas, tempo em que o topo do status social estava ocupado pelos exploradores e conquistadores que poderiam com um golpe de sorte e muita violência serem alçados a heróis nacionais. Era uma época em que o Brasil basicamente se resumia a uma estreita faixa de litoral que ia de São Paulo e terminava em Pernambuco; assim, havia muitas terras – e oportunidades – para quem desejasse arriscar a vida a fim de conquistar fama e riquezas.

Sobre a visão de mundo do período é bom lembrar que o Estado do Brasil – denominação dada ao nosso país à época – era um **estado patrimonialista**; ao vencedor eram dadas não somente o poder econômico, mas também os poderes de estado, assim as guerras de expansão posteriormente denominadas de entradas e bandeiras foram um excelente instrumento de ascensão social. Foi assim com os filhos e netos de indígenas que assumiram funções importantes na elite, como Domingos Jorge Velho, que foi alçado a patente hoje equivalente a Coronel, e Borba Gato, que assumiu diversas funções públicas, chegando a ser Juiz.

A ocupação da Amazônia brasileira por ingleses, franceses, holandeses e irlandeses foi recebida pelos luso-brasileiros como uma grande **oportunidade**, uma espécie de contrato de risco, em que se conseguissem sair vitoriosos – e vivos – poderiam obter cargos públicos com remuneração dada pela coroa, títulos, cessão de monopólios, cartas donatárias e outros privilégios, bem ao estilo patrimonialista do uso das necessidades da nação para aquisição de vantagens pessoais. Tanto é verdade que diversos militares e até líderes indígenas envolvidos na conquista do Amapá irão solicitar – e adquirir – recompensas, títulos, cargos e dominarão por mais de meio século os destinos dos governos do Grão-Pará.

5.1.1 O PAPEL TUPI NA CONQUISTA

É necessário entendermos como esses mundos luso-tupi se inter-relacionavam no início do século XVII para, além da descrição fria de datas, entendermos como se construiu a vitória primeiro nas mentes e depois nos campos de batalha. As guerras ininterruptas dos Tupis tinham um padrão baseado na vingança. Por meio da guerra se emboscava e se capturava um parente de um assassino de sua família para vingá-lo em um ritual antropofágico. A tribo do parente canibalizado então emboscava seus agressores revidando, num ciclo sem fim de vingança e contra vingança.

O fator Tupi foi o elemento decisivo em favor dos Ibéricos por três motivos: primeiro, que a massa dos batalhões era esmagadoramente indígena e era impossível naquela época se estabelecer, prosperar ou conquistar novas terras sem o conhecimento e reconhecimento do território feito pelas nações indígenas presentes no Brasil. Segundo porque era uma aliança contra seus inimigos e terceiro pelo fator religioso que estava imbricado com o fator indígena, uma vez que eram as próprias ordens religiosas as responsáveis por fidelizar e estimular o engajamento das multidões indígenas de suas relações nas batalhas portuguesas contra os “hereges” protestantes ingleses e holandeses.

Esta cultura guerreira e descentralizada, em que cada aldeia possuía um líder que não tinha submissão hierárquica com um superior de sua mesma nação, em que as ações conjuntas eram baseadas em alianças estabelecidas por casamentos entre parentes de aliados que então formavam laços familiares constituindo uma obrigação de defesa mútua, o cunhadismo. Nele, o poder do indivíduo estava na capacidade de possuir um número expressivo de pessoas para o trabalho e guerra sob seu comando, sendo a poligamia um instrumento utilizado para a atração de mais mão de obra e flecheiros mediante o casamento dos filhos e parentes com futuros aliados.

O entendimento das relações de poder tupi pelos portugueses foi determinante para se regulamentar a proibição de colônias de imigrantes estrangeiros no país, pois havia o temor de uma vez assentados e

ocorrendo matrimônios com indígenas acontecer o fracionamento do território nacional.

Não é de se admirar que os lusitanos detentores de tecnologia bélica superior em relação aos locais foram escolhidos por muitos líderes tupis para alianças militares contra povos do Tronco Aruaque do Amapá, seus inimigos. Tal prática dava ao líder indígena uma dupla vantagem: a primeira de não ser dizimado, e a segunda de estabelecer relações de poder com o invasor mais poderoso militarmente e assim se proteger de seus próprios inimigos indígenas. Os Portugueses instrumentalizaram essa cultura escolhendo alguns líderes para, com esse poder bélico superior, caçar ao extermínio nações inimigas dos tupis e aliadas dos ingleses, como os Tucujus.

O primeiro elemento dessa estrutura guerreira e descentralizada era conduzida por um chefe de família chamado pelos portugueses de “Principal”. Eram eles, sendo os chefes principais de um conjunto de famílias ou aldeias, quem negociavam a cessão de guerreiros flecheiros aos portugueses em troca de interesses diversos.

O segundo elemento eram os “línguas”, indígenas que falavam o português e outras línguas indígenas que serviam de intérpretes entre o comandante luso-brasileiro e o “principal”. Os portugueses trouxeram vários militares “línguas” que dominavam o idioma tupi como Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente e Luís Aranha de Vasconcelos para a Guerra de Conquista.

O terceiro elemento eram os “Remeiros”, responsáveis pela definição das melhores rotas, deslocamento das guarnições, transporte de cargas e manobras das imensas canoas nos combates navais contra os navios holandeses e ingleses. O quarto elemento eram os “Espias”, batedores em canoas menores e mais ligeiras que visualizavam as posições inimigas. Seu trabalho também ocorria durante as noites e em cima de árvores.

O quinto elemento eram os “Flecheiros” que incluíam indígenas aculturados, escravos ou não, de tribos aliadas dos portugueses, inclusive advindos de outras regiões do país como Maranhão e Pernambuco e os arregimentados no meio do caminho em negociação entre o comandante português e os principais intermediados pelos Línguas. Além

destes havia os que davam suporte aos demais na aquisição e preparo de alimentos e construção de acampamentos provisórios.

A preparação da guerra de conquista do Amapá envolveu esse trabalho de reconhecimento do terreno pelos espias, a negociação com as lideranças indígenas “principais” por meio dos “línguas” fazendo com que os luso-brasileiros sempre estivessem em maioria numérica nos confrontos e percorrendo os caminhos mais secretos para sempre realizar ataques inesperados provocando o máximo de baixas.

Na região conflagrada, além de tupis, havia nações indígenas de outros troncos linguísticos aliados dos ingleses, com outras visões de mundo distintas das dos tupis, mas que aparentemente não foram devidamente interpretadas pelos ingleses e holandeses que estabeleceram outro tipo de parcerias baseadas nas relações comerciais e no tratamento horizontal, sem obrigação de defesa mútua; assim, quando o conflito se tornou aberto, as nações indígenas no Amapá assumiram posições diversas, ou lavaram as mãos, fazendo sua própria defesa ou se aliaram aos posteriormente portugueses.

5.2 OS ANTECEDENTES

Medo e violência sempre foram as armas eficazes contra projetos civilizatórios, e o temor no Brasil colonial estava no ar ainda mais quando em 7 de julho de 1615 o vice-rei de Portugal recebeu uma carta de um capitão português que havia participado da conquista de São Luís. Essa carta é que influencia na decisão de fundar Belém meses depois: aparentemente a ação do capitão D’Eça foi uma patrulha da costa que identificou os assentamentos ingleses na margem esquerda do Amazonas e assim dá conhecimento às autoridades ibéricas nos seguintes termos:

Y también porque este río va a dar al Pirú, y se tiene que es todo navegable, que lo son trecientas y tantas leguas, se sabe de personas que ya lo navegaron, y podrá el enemigo irlo conquistando y poblando y llegar al Pirú y molestarnos a todo lo qual se puede atajar en estos principios con bien poca costa, y no faltará quien sirva a su Magestad en esta conquista, dando

lo necesario y porque también deste dicho río se podrá sacar la plata que viene del Pirú, con mucho menos costa de lo que se haze al presente, por quanto el Río es navegable todo.

E também porque este rio vai dar no Peru, e é todo navegável, que são trezentas e poucas léguas, sabe-se de quem já o navegou, e o inimigo poderá conquistá-lo e povoá-lo e chegar ao Peru tudo isso pode ser enfrentado nestes princípios com muito pouco custo, e não faltarão aqueles que servem a Sua Majestade nesta conquista, dando o que é necessário e porque a prata que vem do Peru também pode ser escoada deste rio, com muito menos custo do que se faz atualmente, pois o rio é navegável todo.⁸

E havia motivos para preocupação, Sir Walter Raleigh, um dos defensores da conquista do Peru e da Amazônia após um período preso na Torre de Londres, foi libertado exatamente em 1616 e estava a caminho da América do Sul. No seu currículo anti-hispânico consta que ele já havia atacado a Ilha de Trindade no caribe em 1595 e participado da captura da cidade de Cádiz na Espanha em 1596 e ano seguinte atacou Açores.

A presença de duas potências navais inimigas trabalhando juntas num dos territórios de defesa mais frágeis do império vai dar um claro entendimento da “união de armas” das potências protestantes contra a Espanha. A possibilidade de um contra-ataque francês para recuperar São Luís também era plausível considerando as informações que chegavam do embaixador espanhol na França, Iñigo de Cardenas. Eram conjecturas, mas a Espanha não podia ficar esperando o pior acontecer numa região tão estratégica e tinha que agir.

O Conselho de Regência do Reino de Portugal emitiu diversos despachos ao rei Felipe IV alertando sobre a relevância da questão e assim foram tomadas as medidas necessárias sob o comando de Luís Aranha de Vasconcelos para a conquista da região ocupada que ia do Rio Paru até o Oiapoque.

8 Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XXVI. *Maranhão e Rio Amazonas*, ed. 1904, pg. 278.

As táticas de guerra utilizadas na conquista de São Luís serviram de referência para os futuros combates no estado do Amapá. A ação não foi imediata; nos primeiros sete anos de existência de Belém as forças militares ibéricas não representaram ameaça aos colonos, uma vez que a prioridade dos portugueses era punir as nações indígenas que apoiaram abertamente os franceses ou que não aceitaram o domínio e desmando lusitano tanto em São Luís quanto em Belém. Um ano após a fundação de Belém, os luso-brasileiros estavam empenhados em massacrar os Tupinambás no Maranhão e os Nheenghaibas da Ilha de Marajó que resistiam ao seu comando.

Há diversos relatos de historiadores como Berredo e Abreu e Lima que Bento Maciel, parente líder português, delegado a conter a revolta e futuro donatário do Amapá, fez uma guerra de extermínio contra os indígenas. O etnocídio praticado pelos conquistadores aos povos do tronco Aruaque promoverá a constituição de alianças dos portugueses com grupos indígenas Tupis contra nações rivais e também desejando benefícios pessoais, proteção e comércio.

Aos derrotados sobreviventes sobreveio uma relação de submissão baseada no medo e na coação. A fama sangrenta dos luso-brasileiros produzirá nos indígenas que comercializavam com os ingleses o temor de novos massacres e isso pesará negativamente na balança de alianças em desfavor aos colonos ingleses assentados.

5.3 A CONQUISTA DE SÃO LUIZ

Em 1612 Daniel De La Touche e François de Rasilly fundam na Ilha Grande, Upaon Açu em tupinambá, a cidade de São Luís (*Saint-Louis du maragnan*) estabelecendo a França Equinocial na atual capital do estado do Maranhão em aliança com os indígenas Tupinambás.

Foi um ato audacioso, pois ali próximo, nas costas cearenses é para onde convergem as águas da Corrente Atlântica Sul, uma corrente marítima que reduz em muito o tempo de viagem da Península Ibérica ao Brasil e era rota obrigatória dos Galeões espanhóis que seguiam em direção ao Governo Geral na Bahia.

Era próximo, porém não era exatamente no caminho dos galeões, uma vez que a Corrente Atlântica Sul ao alcançar as costas cearenses se bifurca em duas direções: ao sul, em direção ao restante do nordeste, sudeste e sul do país, e em direção norte, seguindo ao Maranhão, Pará e costa atlântica amapaenses. Portanto, o Maranhão era um limite natural entre as ocupações portuguesas e a imensa região setentrional da América do Sul, que começava no Rio Tracunhaém e seguia dali em diante até alcançar as bordas da cordilheira dos Andes, há milhares de quilômetros de distância da costa atlântica.

Portanto, é importante posicionar tanto a conquista do Maranhão quanto a fundação de Belém como etapas intermediárias no verdadeiro interesse espanhol que era proteger o acesso via Rio Amazonas ao vice-reinado do Peru. Reforça tal tese as duas ordens dadas pelo governador-geral do Brasil Gaspar de Sousa ao comandante-geral da conquista de São Luís, Jerônimo de Albuquerque: a primeira seria a de expulsar os franceses, que se efetivou em 4 de novembro de 1615, e a segunda, a de promover a conquista da foz do Rio Amazonas⁹.

A rota ao centro do poder espanhol viabilizado por Francisco de Orellana, identificado por Sebastian Cabot, desejado por Sir Walter Raleigh, rememorado e combatido pelo embaixador Godomar e agora ameaçado pela presença na foz do Rio Amazonas das duas únicas potências marítimas capazes de rivalizar com a Espanha, foi, enfim, o principal estopim para as movimentações espanholas nas costas amapaenses. Pretensões espanholas, mas não portuguesas, que tinham seus próprios planos como veremos a seguir.

9 “Gaspar de Sousa, o novo governador (Geral do Brasil), nomeado em 1613, recebera ordem de expelir os franceses do Maranhão e de prosseguir na descoberta e conquista do Amazonas”. Amaral, Ribeiro do, *A Fundação de Belém*, Editora do Senado Federal; 2004, p. 31.

5.4 A FUNDAÇÃO DE BELÉM

Belém surge da necessidade de se criar uma “cabeça de ponte” na margem direita do Rio Amazonas para bloquear os acessos de invasores via calha sul e dominar as rotas por entre o emaranhado de canais, estabelecendo conexão marítima entre o Amazonas, São Luís e o restante da colônia. Ter uma logística confiável era determinante para a manutenção das posições ocupadas e assim ter uma base de ação militar para se atingir a real ameaça que se encontrava na outra margem do Rio Amazonas.

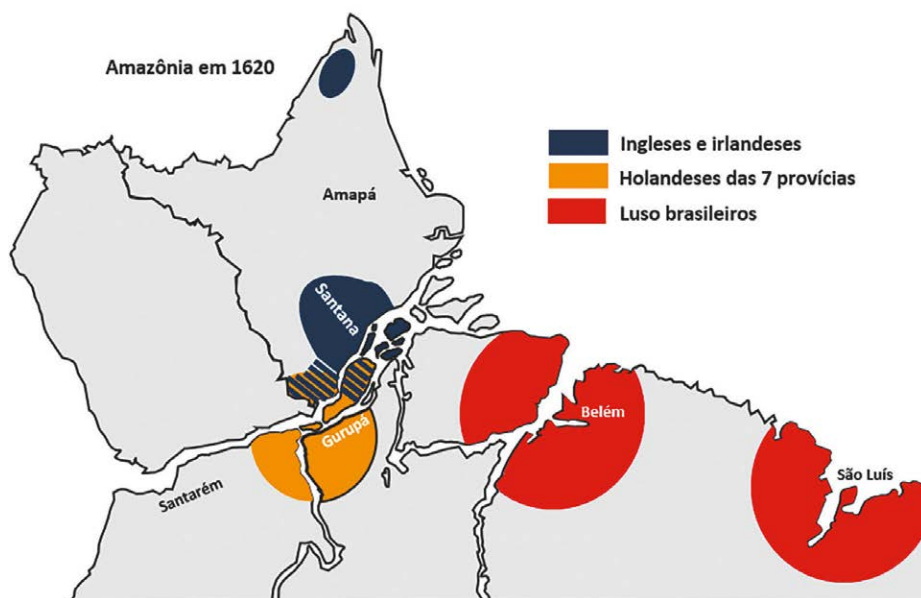
Agora realizar tal tarefa teve seus desafios uma vez que eram águas inexploradas e os mestres portugueses e espanhóis temiam possíveis perdas de navios e vidas na exploração do caminho mais viável para o estabelecimento do sítio onde ficaria a nova base ibérica de exploração da Amazônia. A saída foi contar com o conhecimento dos exploradores franceses que percorriam a foz do Rio Amazonas desde 1604. Daniel de La Touche forneceu as informações necessárias em troca de sua liberdade e em correspondências da época os portugueses também citaram a colaboração de Charles Des Vaux, um nobre francês que esteve na primeira expedição de Daniel De La Touche e teria ficado para aprender a língua Tupinambá. Ele guia a frota portuguesa de São Luís ao sítio onde seria fundado Belém.

Superados os obstáculos, um pouco mais de dois meses após a conquista de São Luís, em 12 de janeiro de 1616, a cidade de Santa Maria de Belém do Pará foi fundada por Francisco Caldeira Castelo Branco.

5.5 A CRIAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

Outra ação em resposta à ocupação do território amapaense foi a divisão do Brasil em duas unidades administrativas, o Estado do Brasil permaneceu e dele foi destacado a porção norte, criando o Estado do Maranhão em 1621. O novo estado compreendia parte da região nordeste e toda a região amazônica, cuja capital administrativa ficou em São Luís e seu governador devia satisfação diretamente ao rei da Espanha,

sem intermediários. A intenção era ter uma governança mais próxima das áreas conflagradas, ter uma conexão direta com a coroa e assim ter maior velocidade na deliberação dos planos de conquista, ocupação e desenvolvimento do novo território. O Amapá se tornou o centro de interesse do núcleo do poder mundial da época.



Mapa X - Territórios de ocupações europeias na Amazônia de 1620.

Fonte: Produção do autor.

A GUERRA DE CONQUISTA

6.1 ESTRATÉGIAS DISTINTAS

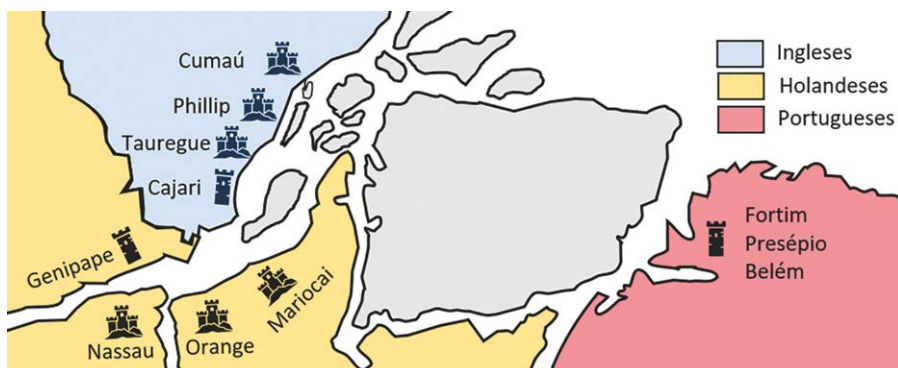
Sempre esteve presente a estratégia dos europeus do norte de atingir um flanco desprotegido da costa amazônica para consolidar posições e avançar sobre a imensidão de terras inexploradas e com isso obter as vantagens econômicas, políticas e militares. A ocupação do território e suas posições defensivas manifestaram essa visão.

A visão do território também foi outra fragilidade na estratégia defensiva do Brest Amazônico. Os ingleses e holandeses seguindo um conceito europeu de defesa do território priorizaram o controle do território a partir de posições fixas, com fortificações instaladas na desembocadura de rios interiores ou em portos de estrangulamentos do canal norte do Rio Amazonas, sempre com os olhos voltados para um possível ataque vindo do oceano que nunca viria.

Os luso-brasileiros fugiram da rigidez de pontos fixos fortificados, preferindo a fluidez dos igarapés e furos, quebrando o rigor das guerras de posições espartanas dos europeus do norte. Santana, a Termópilas da Amazônia, foi superada pela fluidez tupi sem a necessidade de um Efilates, pois os nossos indígenas já conheciam as passagens que atingiriam a retaguarda inglesa, quebrando suas linhas defensivas. A Guerra de movimento superou a guerra de posições.

Claramente, o foco de ingleses e holandeses foi o acesso e o controle da margem esquerda do Rio Amazonas e sua desembocadura norte; houve um entendimento tácito de que os portugueses avançariam, no máximo, até a foz pela margem direita do Rio Amazonas, estabelecendo ali a fronteira natural. Desse modo, ainda que tivessem ocorrido no pas-

sado incursões para o sul da cidade de Belém, seja pelo litoral, seja por águas interiores do Araguaia-Tocantins, eles não estavam preparados para tamanha determinação e agressividade.



Mapa XI – Posições das três potências em 1616.

Fonte: Produção do autor.

6.2 AS POSIÇÕES ESTRATÉGICAS

Em termos gerais, em 1616 já havia um território bem definido no início da guerra de conquista: os luso-brasileiros ocupando a desembocadura sul do Rio Amazonas, pela sua margem direita, e um pouco mais de uma centena de quilômetros rio acima pela mesma margem. Os ingleses ocupando do Oiapoque ao Rio Jari, com presença combinada de forças anglo-holandesas no Rio Paru, sempre pela margem esquerda do Rio Amazonas. Os holandeses ocuparam o Rio Amazonas pela margem direita do Amazonas a partir de Gurupá, alcançando a foz do Rio Xingu e a ilha de Gurupá, que se encontram logo à frente, formando um bloqueio ao avanço luso-brasileiro Amazônia adentro.

Os iberos-brasileiros ocuparam a desembocadura sul do Rio Amazonas e fundaram Belém. O domínio de Belém cumpria três funções táticas. A primeira foi o controle de acesso pelo canal sul do Rio Amazonas, bloqueando as incursões para os Rios Tocantins e Araguaia e reforçando a presença atlântica ao norte; a segunda, em consequência desta, a

constituição de uma linha de apoio logístico, via litoral atlântico com o restante do país via São Luís e sobretudo de Pernambuco. A terceira foi o estabelecimento de um centro de operações no Forte Presépio para a conquista da Amazônia e expulsão dos colonos invasores.

A segunda posição estratégica na guerra de conquista foi Santana, ocupada pelos ingleses e irlandeses, e Joaquim Caetano detalha o valor de seu posicionamento:

Com seu tato apurado para escolher posições para si, os ingleses se fixaram no braço ocidental do Amazonas, que, pela sua localização, é a via certa para adentrar o tronco do rio, [...] suficientemente estreito para ser perfeitamente defendido. Ali se fortificaram. (Joaquim Caetano, O Oiapoque e o Amazonas, Senado federal, edição de 2017, p. 33).

Construíram ao longo do estreito canal que vai da Ilha de Santana até o fim da Ilha Pará os fortins Tourego II, Phillips e o Forte Cumaú e uma torre de vigia na foz do Rio Cajari, além dos povoados de Tilletille, Vuarimiuaça.

A terceira posição, Gurupá, ocupada pelos holandeses, ilha estrategicamente localizada no ponto de confluência dos dois canais de acesso à foz do Rio Amazonas, podia controlar igualmente os acessos advindos de Santana e de Belém. No seu entorno construíram os Fortes Orange, Nassau, e os fortins Mariocay e Muturu.

A estratégia Anglo holandesa era bloquear o acesso dos luso-brasileiros para o interior da Amazônia pelo sul, com os holandeses comandados por Oldaen via Gurupa e Xingu, e ao norte, pelos Ingleses por meio das fortificações de Mazagão e Santana, liderados pelo Capitão Roger North.

Os ibéricos avançaram em direção ao Amapá com a construção antecipada da vitória, primeiro no campo diplomático com Godomar, depois da formulação da melhor estratégia na realidade amazônica, com melhor gestão do território, das alianças, forçando desde o início aos colonos invasores uma postura reativa e defensiva.

6.3 OS PREPARATIVOS

Seguindo a mesma linha da conquista de São Luís, batedores tentaram localizar e quantificar o tamanho da força já em 1613 por meio do capitão português Martins Soares Moreno e, eventualmente, nessas ações, ocorriam confrontos de pequenas escaramuças como a relatada pelo capitão português Manuel de Sousa d'Eça em 1614 na foz do Amazonas contra os ingleses e holandeses e em 1622 relatado pelo Capitão Roger North.

Essas viagens de reconhecimento resultaram no aprisionamento de dois flamencos que foram entregues a Bento Maciel Parente, investido na função de capitão-mor de Belém no ano de 1623, e durante o interrogatório revelaram o interesse holandês de expansão dos seus projetos na Amazônia. Não havia mais o que esperar, portanto, Bento Maciel Parente endereçou um relatório pedindo providências a Lisboa e, em 1623, Luís Aranha de Vasconcelos foi enviado de Pernambuco a mando do rei Felipe IV para liderar a conquista do Amapá e Gurupá.

Coube, entre outros, ao missionário capuchinho Cristóvão de São José o trabalho de mediador do governador Luís Aranha de Vasconcelos entre os indígenas a serem arregimentados, muitos já evangelizados e que viam nos Calvinistas e Anglicanos hereges que deveriam ser mortos ou expulsos do território, configurando, assim, a guerra de conquista do Amapá também um conflito de viés religioso.

Luís Aranha de Vasconcelos trouxe consigo o piloto Antônio Vicente Cochado com uma caravela de sessenta toneladas desenvolvida para navegar em águas rasas de pequenos canais. Além dela, a expedição contava com uma lancha e quarenta canoas, aproximadamente setenta luso-brasileiros e quatrocentos indígenas.

6.4 A PRIMEIRA CAMPANHA – AS BATALHAS HOLANDESAS

No primeiro combate, Luís Aranha de Vasconcelos, com apoio de Bento Maciel Parente, Aires de Souza Chichorro e Salvador de Melo, subiu o Rio Amazonas partindo de Belém e adentrou o furo de Breves bordeando a Ilha do Marajó via furo do Aturiá, contornando por fora as fortificações

inglesas localizadas no lado oposto do canal evitando ao máximo o rio aberto onde os navios ingleses e holandeses poderiam levar vantagem no combate. Assim, navegando às escondidas pelos pequenos canais do delta do Rio Amazonas, caiu de assalto em cima do forte Mariocai atual Gurupá.

Do Canal de Gurupá seguiu a foz do Rio Xingu conquistando o Forte Orange (ou Muturu, no entorno de onde é o Porto de Mós) provavelmente em 30 de maio de 1623 e o Forte Nassau, Rio Xingu adentro em 16 de junho de 1623. Houve pouca resistência, pois os holandeses reconheceram a superioridade numérica luso-brasileira. O ataque ao Forte Nassau foi mais inesperado, (uma vez que para alcançá-los seria necessário passar por Mariocai e Orange) que seus ocupantes ante a presença luso-brasileira tomaram em debandada floresta adentro. Ao final foram capturados 36 holandeses e muitos indígenas e angolanos escravizados num total de cento e trinta prisioneiros que foram recolhidos a Belém por Luís Aranha de Vasconcelos enquanto Bento Maciel Parente seguiu com parte do pequeno exército.

Iniciado o conflito, muitos holandeses fogem em direção aos assentamentos irlandeses e ingleses nos atuais municípios de Mazagão e Santana, e as forças luso-brasileiras os perseguem até a altura do Rio Cajari quando um navio holandês capitaneado por Pieter Ariansson obstrui as forças luso-brasileiras e, após um prolongado combate, o navio encalha e seus ocupantes temerosos que o navio caia em mãos portuguesas o abandonam e ateam fogo nele fugindo pelas margens.

Bento Maciel Parente constrói na foz do Cajari um novo forte, sem saber que alguns quilômetros acima no Rio Cajari havia duas povoações inglesas. Assim que Bento Maciel Parente retorna para sua posição em Gurupá, sua fortificação é conquistada e incendiada por forças anglo holandesas. Diante do conflito, outro navio holandês com novos colonos dá meia volta e retorna para a Europa.

Não há muitos registros sobre a ação de Bento Maciel Parente após Luís Aranha de Vasconcelos retornar a Belém, mas é certo que tão logo se encerraram os combates ele recuperou o Forte Mariocai rebatizando-o de Forte de Santo Antônio de Gurupá. O Forte de Santo Antônio de Gurupá, nas proximidades onde o Rio Amazonas une os seus dois braços

em um único canal, será a partir de então a base de toda a guerra de conquista. Essa posição estratégica agora ocupada pelos luso-brasileiros visava obstruir a passagem de holandeses e ingleses para o interior da Amazônia.

Consolidado o domínio da margem direita do Rio Amazonas, o passo seguinte de Bento Maciel Parente foi atacar os colonos extrativistas que estavam na ilha de Gurupá, nos assentamentos a frente de sua fortificação. Assegurando essa nova posição próxima à confluência dos canais norte e sul do Amazonas, se iniciou a tomada da margem esquerda, a começar pelo Rio Paru, logo acima do Jari e em seguida implantou um posto de observação na margem esquerda, evitando ser flanqueado de surpresa por um possível revide.

Em resposta, holandeses e ingleses agindo conjuntamente contra-atacam. Os holandeses contragolpeiam os luso-brasileiros pelas mãos de Piter Ariansson e destroem o posto de observação na margem esquerda do Rio Amazonas. Isso permitiu que o Almirante Lúcifér contornasse a posição portuguesa em Gurupá pelo outro lado da ilha, via canal norte adentro, possibilitando mais adiante adentrar novamente no Rio Xingu e construir o Forte Mandiutuba sob o comando de Nikolaas Oudaen provavelmente novamente na foz do Rio Xingu. É razoável imaginar que o contingente que ocupou essa fortificação seja dos fugitivos do antigo Forte Nassau e mais reforços advindos com Oudaen.

6.4.1 O RECUO HOLANDÊS

Em 1625, as forças luso-brasileiras voltam à carga, lideradas por Pedro Teixeira, liderando cinquenta luso-brasileiros e trezentos indígenas, atacam Mandiutuba que resiste por todo o dia. Os combates perduram noite adentro e o comandante Oudaen e seus defensores sobreviventes, aproveitando da escuridão, conseguem fugir por via fluvial, contando novamente com o apoio naval do almirante Lúcifér. Pedro Teixeira ocupa e destrói o Forte de Mandiutuba em 23 de maio de 1625.

O Almirante Lúcifér e o comandante Oudaen seguem o caminho inverso por onde adentraram, contornando a Ilha de Gurupá pelo lado

amapaense e avisando pelo caminho os colonos ingleses e irlandeses espalhados pela Ilha de Gurupá. Os documentos de época informam que ingleses, holandeses e irlandeses foram buscar abrigo “no Rio Felipe, na Província dos Tucujuz.”¹⁰

Assim, essa é a segunda leva de colonos expurgados da região de Gurupá e Xingú que se deslocam para Santana, a primeira nos ataques aos fortes Nassau e Orange e agora a segunda na destruição do Forte Mandiutuba.

Já os holandeses, liderados pelo comandante Oudaeen, apenas disseram que tinham ido ao “Riacho” onde os ingleses estavam instalados, que pode ser no Tauregue ou no Igarapé da Fortaleza, local que Roger Fry edificaria mais tarde o Forte Cumaú.

A Guerra de Conquista, como foi dito, também era uma guerra religiosa. Então os Irlandeses católicos de assentamento independente que ocupavam o Forte Tauregue e trabalhavam no Rio Tauregue (Rio Preto) não queriam a presença holandesa por imaginar que teriam tratamento distinto dos portugueses por sua mesma fé católica.

Estava claro que era necessário bloquear o acesso pelo canal norte, evitando que, novamente, os holandeses contornassem os flancos das posições luso-brasileiras sediadas em Gurupá, invadindo novamente o interior da Amazônia pelas suas costas. Assim, reconquistada a posição do Xingu e mantida a de Gurupá continental, as forças luso-brasileiras contornam ao oeste a Ilha de Gurupá e seguem rio abaixo no sentido de Santana.

No ano de 1625, as posições da margem esquerda do Rio Amazonas estão assim desenhadas: destruídos os assentamentos do Rio Parú em 1623 e estando logo abaixo o Rio Jari sem ingleses ainda, seria necessário ocupar a margem esquerda e passar por duas fortificações inglesas no Rio Cajari, e outra irlandesa no Rio Preto (Tauregue) para então chegar

10 Rio Felipe é uma clara referência a Philip Purcell, sediado em Santana entre os Rios Vila Nova e Matapi centrados no Forte Phillip. Philip Purcell e seu irmão estiveram também no Rio Preto, mas é pouco provável que o destino tenha sido lá, uma vez que o Rio Preto era denominado de Touregue e não de Philip e era irlandês e não inglês. Outra opção seria o Rio Cajari, mas seu nome era Okyari e não Felipe.

nos assentamentos no entorno de Santana, onde aparentemente agora estava o maior adensamento de colonos.

6.5 A SEGUNDA CAMPANHA – AS BATALHAS ANGLO-IRLANDESAS

Cientes da ameaça, os holandeses e ingleses, tendo como apoio de engenharia o irlandês Philip Purcell, constroem duas casas fortificadas na foz do Rio Cajari, como uma forma de proteger dos ingleses os assentamentos rio acima (Tilletille, a 40 km rio acima e Uarimiuaca, mais 30 km acima de Tilletille). Nas casas fortificadas foram assentados 80 homens para a defesa entre ingleses, holandeses e irlandeses de James Purcell que vieram a serviço dos ingleses.

Pedro Teixeira, ao contornar a Ilha de Gurupá, tomará de assalto essas duas casas fortificadas do Cajari onde aproximadamente sessenta defensores foram mortos. Oudaen foi morto e Philip foi enviado a prisão na Espanha e logo libertado. Após vencer a batalha, Pedro Teixeira arrasa Tilletille e Uarimiuaca. Os sobreviventes fogem para a floresta e depois são resgatados a navio e se deslocam para o Oiapoque, somente para serem quase todos dizimados por indígenas caribes.

No final de 1628 há uma determinação das autoridades inglesas que Robert Harcourt se dirija com uma nova leva de colonos reforçando o assentamento no Forte Tauregue, porém ao chegar em fevereiro de 1629 ao Amapá, Harcourt ignora suas ordens e se instala novamente no Oiapoque, reduzindo a capacidade de defesa do Forte Tauregue, o que provavelmente sela o destino de seus compatriotas que poderiam dobrar o número de defensores com sua adesão.

Ao final de 1629 as autoridades inglesas já estão cientes da desobediência de Harcourt e determinam a suspensão de seu comando e enviam uma flotilha de navios para reforçar as feitorias do Sertão Tucujus. Ocorre que na saída da flotilha o comandante do navio que levava as ordens a Harcourt fica bêbado, se atrasa e metade da frota parte sem o novo comandante e sem as ordens seguindo direto para Oiapoque e não

ao Sertão Tucujus. É a segunda leva de homens que deixam de chegar ao Forte Tauregue.

O Forte Tauregue teve como comandante defensor James Purcell. Seu nome é simbólico: toruighe significa caçador em Celta e era o termo que designava os irlandeses católicos expulsos de suas terras que passaram a viver na floresta da caça. A expressão era usada pejorativamente como sinônimo de sem-terra e fora da lei. O assentamento originalmente chamado de “Riacho de Purcell” se tornou um abrigo para refugiados irlandeses com forte impacto nacionalista que se reflete orgulhosamente em seu nome, uma ironia aos “sem-terras” cheios de posses. Seu forte se chamava Boa Esperança.

A primeira batalha ocorreu em maio e foi rechaçada pelos irlandeses que apreenderam alguns indígenas e dois portugueses. Segundo relatos de Bernard O’Brien, imediato de Purcell, os irlandeses libertam os portugueses com o recado a Costa Favela de que, sendo católicos, não desejam a guerra com os portugueses.

Em 28 de setembro de 1629, o Forte Tourego será atacado novamente por Pedro Teixeira usando uma tática que dali em diante será usual no combate às fortificações: primeiro, o ataque surpresa e massacre às tribos indígenas aliadas que, em geral, ficavam a alguma distância dos assentamentos comerciais; depois, o cerco às fortalezas para que a fome e a sede realizassem a maior parte do serviço¹¹.

O Forte Tauregue se rende 26 dias após, em 24 de outubro de 1629. Há contradições de relatos. Os Portugueses alegam que todos os sobreviventes foram presos e fontes irlandesas afirmam que após a negociação em que argumentaram que consistindo em uma guerra contra hereges e sendo eles católicos deveriam ser tratados com clemência, mas após

11 Segundo o Padre Inaciano Luiz Figueira, um fator decisivo para a conquista do Forte Tauregue foi a morte de um indígena principal que assistia a fortificação “depois de Sinco ou seis encontros que ouve destes (em hũ dos quais se lhe matou hum Indio principal, que era todo seu remedio, porque por sua ordem lhe vinham mantimentos das aldeas), chegarão os inimigos, a estado miserável” (Relaçam de vários successos acontecidos no Maranhã e Gram Para,... Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Tomo I, 1902, p. 20).

assegurada suas vidas aproximadamente sessenta irlandeses se entregam a Pedro Teixeira que imediatamente mata cinquenta e quatro deles. Pedro Teixeira retorna para Gurupá.

O Comandante Roger North finalmente retornava da Europa com metade dos reforços previstos e chega atrasado com dois navios, um patacho e outras duas ou três lanchas, contra-atacando, mas as forças luso-brasileiras conseguem rechaçar o assalto. O nome do navio de Roger North é simbólico: Little Hopewell – Pequena Esperança. O Padre Luiz Figueira, cronista da batalha, relata que Roger North assentou uma nova fortificação “não muito longe”, e o Mapa de Vingboon aponta ser no Rio Matapi, o Forte Patacue, próximo do povoado/aldeia de Callepoca. A sede da governança da resistência inglesa passa a ser Santana.

6.6 A CONQUISTA DE SANTANA

Estamos na fase decisiva da guerra que perduraria por mais três anos: sediados em Gurupá temos de um lado portugueses, brasileiros, indígenas tupinambás e possivelmente alguns principais aruãs apoiados pela Espanha, e de outro temos ingleses, holandeses e irlandeses aliados dos Nheengaíbas e alguns principais Tucujus sediados em Santana – os ingleses aguardavam ansiosos reforços para a consolidação de sua posição que chegou de forma descoordenada. Aos vencedores, o acesso a uma área de quase 7 milhões de km², em nove países, que corresponde à metade do território da América do Sul. Santana se torna naquele momento “a chave da América Meridional” como diria mais tarde Le Serrec.

6.6.1 OS FORTES PHILIPP E PATTACUE

Ao retornar do contra-ataque fracassado, sem contar com uma centena de homens perdidos no Tauregue e com parte de suas forças ainda se

deslocando do Oiapoque com os Navios Ninfa do Mar e Amazonas, Roger North se reposiciona em Santana¹².

O Pinace¹³ Ninfa do Mar acaba naufragando, perdendo boa parte de sua carga e munição, e o barco Amazonas se ocupa em recolher os sobreviventes e alguma carga, complicando seus planos de reestruturação defensiva. Roger North solicita reforços que chegariam no navio Hopewell que naufraga nas costas da Ilha do Marajó em 1630.

Apesar de todos os percalços, Roger North inicia a construção de uma nova fortaleza mais estruturada que as demais, denominada de Forte Philip, entre os Rios Matapi e Vila Nova. Ao final do ano de 1629, uma nova leva de assentados ingleses independentes à Companhia chegavam na região sob o suporte financeiro de Sir John North, Sir Christopher Neville e Sir Henry Mildmay, e o local do desembarque foi descrito por William Clovell, um veterano que esteve por aqui desde 1620 como sendo o “Rio Philipp”.

Em 1630, Roger North finaliza a construção do Forte Philipp e distribui seus colonos, para a produção de cana-de-açúcar. Também em 1630, constrói uma nova fortificação de vigília em local indefinido, alguns autores definem como sendo na foz do Rio Tauregue (Rio Preto) ou Ilha Pará (também chamada de Ilha Tauregue) e até na ponta Leste da Ilha de Santana, onde ficava o orfanato italiano, reforçando as defesas do Forte Philips, pois teria duas linhas de tiro contra um ataque vindo da direção de Mazagão. Essa fortificação provavelmente é o que denominaram de Tauregue II.

As posições inglesas serão atacadas em dois momentos: primeiro, o fortim de vigília será destruído em fevereiro de 1631. Este primeiro ataque provavelmente seguiu a estratégia de combater primeiro os indígenas e afugentá-los para depois atacar os ingleses promovendo o cerco na

12 Barão do Rio Branco citando Berredo localiza o Forte entre o Anauerapucu e Vila Nova dando o nome de Forte Felipe vide *Obras do Barão do rio Branco*, Vol. III, página 116 e nota 99, Vingboon o localiza Rio Matapi acima e o nomina de Pattacue).

13 As flotilhas eram compostas de barcos maiores onde iam os capitães; outro de porte médio, e rápido, o patacho; e um menor, leve feito de pinho chamado de pinace que iam na frente explorando os baixios.

fortificação agora sem o auxílio indígena. Jacomé Raimundo de Noronha afirmou que os ataques tinham sido tão agressivos, que provocaram a “destruição de todos os gentios seus (dos ingleses) confederados”. Uma aldeia tinha em média de 200 a 600 indígenas.

Os luso-brasileiros se deslocaram de Belém, liderados por Jacomé Raimundo de Noronha com treze canoas e que provavelmente iniciou os ataques com reforços de Pedro Costa Favela vindo de Cameté com mais vinte e três canoas, num total de quarenta luso-brasileiros e oitocentos indígenas. Foram mortos 86 defensores e aprisionados mais treze homens.

Um veterano das Guerras de Flandres chamado Thomas Hixon tentou escapar de barco na escuridão da noite, mas, segundo o jesuíta Luís Figueira, foi perseguido pelos indígenas aliados em canoas que o alcançam, e os indígenas remeiros lançaram água usando seus remos sobre os inimigos com o intuito de molhar os mosquetes de mecha, inviabilizando-os de atirar, deixando os ingleses impotentes diante dos indígenas flecheiros que os massacram. Da tripulação completa, apenas sete conseguem escapar. Dois deles foram resgatados por um navio holandês e enviados para Flessinger, e os cinco restantes foram acolhidos por outras tribos, permanecendo entre eles até julho quando foram resgatados pelo Navio Marmaduke de John Barker que viria buscar a produção de Santana. Willianson afirma que no ataque ao Forte Phillip os portugueses também atacaram as plantações do entorno, inclusive a do Cumaú que ainda não possuía fortificação.

6.6.2 O FORTE CUMAÚ

A última posição inglesa foi o Forte Cumaú instituído por Sir Thomas Howard, Lorde de Berckshire, comandado pelo Capitão Roger Fry que desembarcou em terras santanenses com o navio *Andeavour* (empreendimento) de 160 toneladas e dois patachos, embarcações de 60 toneladas, dois mastros, com uma vela arredondada à frente e outra latina atrás. Os patachos eram barcos pequenos e velozes, mais propícios para percorrer rios e grandes igarapés e deveriam servir de apoio na proteção e deslocamento

de pequenas cargas dos rincões das florestas até a base do assentamento. Ao que tudo indica, esse assentamento também era um estabelecimento independente da Companhia das Guianas, uma vez que o Lorde não figurava como sócio do empreendimento liderado por Roger North.

O Andeavour era a ponta de uma vanguarda incumbida de preparar o que seria o maior de todos os empreendimentos europeus na Amazônia, acrescentando aos quase duzentos residentes europeus no entorno do Forte Philip uma primeira leva de colonos nos três navios para implantar ao que parece não apenas uma vila feitoria, subsidiária a uma aldeia, mas uma colônia autônoma incluindo a esta uma segunda leva de quinhentos colonos a posteriori, com mais equipamentos, artilharia diversa e pesada e a instalação de famílias e manufaturas, segundo a proposta inicial da Companhia das Guianas.

Provavelmente Santana suplantaria em número de habitantes Belém, fundada por cento e vinte portugueses e São Luís por cerca de quinhentos franceses; também suplantaria ambas as cidades em capacidade bélica, uma vez que o projeto previa a instalação de cinquenta peças de artilharia, contra as vinte do outrora Fort Saint Louis e as quatro peças do Forte de Santo Cristo de Belém existentes na época. Joyce Lorimer transcreve a opinião do Conde de Berkshire:

(...) na maior parte das antigas colônias, exceto na Nova Inglaterra, os homens se aventuraram somente com a esperança de uma mercadoria (nominalmente o tabaco), mas aqui há muitas mais mercadorias que uma (como já foi mostrado) assim esta colônia tem mais esperança que todas as outras: a fundação da qual já tendo sido lançada, pode dar aos homens melhor encorajamento para se tornarem aventureiros aqui unidos, especialmente sendo interessados no comércio e lucros da dita colônia, para a preservação da qual nós não somente enviamos homens capazes (casados e outros) mas também peças de artilharia pesada, com munição e outros materiais muito úteis para a construção de um forte, para a melhor segurança de nossos plantadores do perigo de um inimigo, tendo ainda feito que uma pinaça fosse enviada para ficar com a Colônia no rio, para a sua melhor segurança e comércio no interior, pretendendo igualmente neste verão (se Deus assim o quiser) enviar

um novo suprimento com mais homens (como artesãos e outros) além de mulheres, assim como mais artilharia, munição e outros materiais apropriados para a defesa da colônia (. . .) Extract from the prospectus for the earl of Berkshire's joint stock company, written and published by John Day, 1632 em LORIMER, Joice English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550–1646 (Hakluyt Society, Second Series). Taylor and Francis. Edição do Kindle, p. 374.

A expedição chega alguns meses após a destruição do Forte Phillip em dezembro de 1631 e, ao encontrar o estado de desterro de Santana com sua população indígena massacrada e o Forte Phillip demolido, o Capitão Roger Fry desanima e determina o retorno do navio *Andeavour* e um dos patachos de volta para a Inglaterra (provavelmente com mulheres, crianças e civis) ficando com apenas quarenta homens encarregados de erguer a fortificação que daria suporte aos demais 500 colonos que estariam a caminho. Foi o último erro estratégico.

Em 19 de junho de 1632, o Capitão-Mor do Grão-Pará organiza a maior expedição militar da guerra, reunindo 127 canoas com 240 soldados e 5 mil indígenas para eliminar o que ainda restava da presença inglesa em Santana. Como de costume, os primeiros dias da campanha foram destinados ao massacre aos indígenas *nheengaíbas*, por dois motivos táticos: primeiro garantindo que estes não se aliassem aos ingleses, uma vez que os *nheengaíbas* estavam em guerra contra os *belenenses* e segundo motivo era que isso cortaria a linha de suprimento de víveres aos ingleses.

Atemorizado com a política de terror adotada pelos portugueses, que já haviam massacrado os indígenas da região continental de Santana e agora debandando os *nheengaíbas* residentes nas ilhas do arquipélago *marajoara*, os indígenas das aldeias sobreviventes fugiram criando um deserto no entorno de Santana isolando os quarenta ingleses imbuídos de erguer o Forte *Cumaú*. Estes passaram a viver em grande privação sem o suporte indígena, indispensável para prover, mediante escambo, os alimentos, resultando na morte de vinte e seis ingleses pela fome, segundo *Jacomé Noronha*.

6.6.3 A BATALHA FINAL

Tentaremos reconstruir os momentos decisivos da conquista de Santana com base no modelo de guerra adotado no período e no conhecimento da geografia de nosso município: assim como hoje, havia duas opções para alcançar Santana por via fluvial, uma a oeste contornando o canal do Rio Amazonas que fica entre a Ilha de Santana e a foz do Rio Matapi, e outra a leste, pela baía que se abre entre a Ilha de Santana e o Igarapé da Fortaleza. O uso dos indígenas “espias” certamente indicou que, seguindo pelo leste, os portugueses dariam de frente com os canhões ingleses, então provavelmente optaram seguir pelo oeste, pois a curva do rio impediria de ver o desembarque pelos flancos.

A força luso-brasileira desembarcou em 9 de julho de 1632, provavelmente onde hoje está o bairro Novo Horizonte, pela atual Docas. Os argumentos: primeiro por ser um ponto cego de quem observa do Cumau; segundo por ser a porção de terra seca sem alagados mais próxima do forte, podendo ser alcançado contornando a estreita faixa de terra firme que une este bairro ao Igarapé da Fortaleza, onde hoje está a rodovia Salvador Diniz, alcançando o Forte Cumau pela retaguarda – conforme descrito pelos relatos portugueses – longe de sua bateria de canhões.

Os arquivos paraenses apontam que, à exceção de Pedro Teixeira, os principais comandantes militares portugueses participaram da campanha: o Capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, com os reforços de Ayres Chichorro, Pedro Baião de Abreu e Costa favela. Após vinte e um dias de campanha, os portugueses alcançam Santana e estabelecem seu acampamento próximo ao Forte, e o Capitão-mor destaca o capitão Ayres Chichorro para cavar as trincheiras do cerco durante o dia.

Dos 24 ingleses remanescentes, alguns estavam fora da fortificação, pois tinham saído com o navio patacho para se encontrar com o prometido reforço de quinhentos colonos em um ponto de encontro na foz do Amazonas, provavelmente em Sopenou ou Sapno. Na mesma noite, os cinco mil duzentos e vinte combatentes luso-brasileiros atacam a fortificação defendida por menos de vinte ingleses que resistem

por três horas. O reforço de 500 colonos não chega e, ao retornar com o navio patacho ao Cumaú, Roger Fry é atacado e morto. Santana é conquistada em 9 de julho de 1632, sendo a fortificação arrasada.

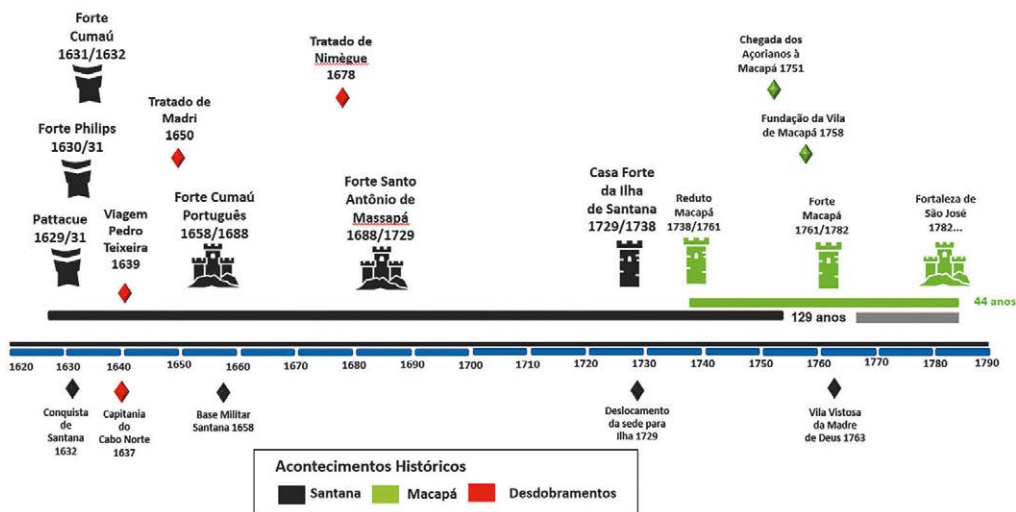
7

CONSEQUÊNCIAS

7.1 A CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO PORTUGUÊS

7.1.1 A FUNDAÇÃO DO AMAPÁ

Ocupada por ingleses em 1611-2 e conquistada por luso-brasileiros em 9 de julho de 1632, Santana é o único território de ocupação europeia no estado a perdurar povoado desde o século XVII até os dias atuais, percorrendo quase meio milênio de história aos moldes da cultura ocidental. Também é a primeira povoação fixa de brasileiros no Amapá, primeiramente com ênfase no comércio do coral, do tabaco e da madeira, de 1611-2 a 1631, depois militar de 1632 a 1758 e, posteriormente, voltada para a colonização civil. Fruto dessa conquista em 14 de junho de 1637, o rei Filipe IV anexa definitivamente ao Brasil a porção das terras do Cabo do Norte estabelecendo seus limites muito próximos ao atual Amapá: é o marco legal constitutivo do estado que passa a ter o primeiro dirigente brasileiro legalmente constituído em 30 de maio de 1639 quando Bento Maciel Parente foi empossado como donatário da Capitania do Cabo do Norte. Santana inquestionavelmente está no epicentro dos acontecimentos históricos que deram origem ao estado do Amapá. No infográfico abaixo, percebe-se o protagonismo de Santana na consolidação do território ao Brasil.



Mapa XII – Linha do tempo das fortificações de 1629 a 1758.

Fonte: Produção do autor

7.1.2 A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

Conquistadas as duas vias de acesso ao vale amazônico, Portugal dará ênfase na ocupação do interior da Amazônia, com as principais cidades do médio Amazonas fundadas sempre em datas posteriores à conquista de Santana. A Capitania do Cabo Norte se torna uma região de interesse periférico, relegando o Amapá à própria sorte. Era a hora de checar se a tese de Cabot era factível e para tanto Pedro Teixeira partiu de Belém, em 28 de outubro de 1637, com uma força de cerca de duas mil pessoas em 47 Canoas e, em aproximadamente oito meses de viagem, aporta em Quito no Peru confirmando a viabilidade de se alcançar as minas de prata a partir do Amapá. Os anéis espanhóis estavam salvos de ingleses, franceses e holandeses, prolongando seu *status* de potência mundial por mais um século.

Mas a estratégia espanhola de delegar a conquistada Amazônia ao vice-reino de Portugal teve seu custo: ao retornar de Quito Pedro Tei-

ra toma posse de toda a Amazônia em nome da coroa portuguesa em 16 de agosto de 1639 e, em dezembro de 1640, um ano após Pedro Teixeira tomar posse das terras amazônicas, os lusos declaram independência da Espanha. As tratativas de demarcação fronteira entre os impérios espanhol e português na América do Sul, finalizado no Tratado de Madrid de 1750, utiliza o registro da viagem de Pedro Teixeira feito pelo padre jesuíta Acuña como prova documental do direito luso de ocupação da Amazônia. Assim, as vitórias em solo amapaense foram determinantes para que o Brasil se tornasse um país de dimensões continentais.

7.2 A CONSTITUIÇÃO DAS GUIANAS

A vitória no Forte Cumaú possibilitou a expansão da ocupação luso-brasileira Rio Amazonas adentro bloqueando e redirecionando os esforços ingleses, holandeses e franceses para o norte, em direção ao platô das Guianas, com a fundação de Caiena onze anos após a conquista de Santana em 1643; Suriname oficialmente reconhecida como posse holandesa após o Tratado de Breda em 1667 e Suriname onde os ingleses tiveram sua posse reconhecida em 1796, mediante artigo do Congresso de Viena. Dessa forma, a ocupação santanense tributou para dar os primeiros contornos no mapa da região setentrional da América do Sul.

7.3 A VITÓRIA DO ESTADO PATRIMONIALISTA

O estado patrimonialista ibérico premiou os homens responsáveis pela conquista do Amapá, dando honrarias aos principais conquistadores de Santana. Todos se tornaram eleitores – condição dada aos ricos – receberam patentes militares equivalentes hoje a coronel e dominaram a política paraense por anos, tendo Pedro Teixeira, Manuel de Sousa d'Eça, Luís Aranha de Vasconcelos, Jácome Raimundo de Noronha, Aires de Sousa Chichorro e Bento Maciel Parente ocupando o posto de governador. Pedro Teixeira, entre outros benefícios, recolhe para si seiscentos indígenas livres como seus escravos.

Além de governador, Bento Maciel Parente, o principal mentor do grupo, foi agraciado com o hábito de Cavaleiro de Santiago, em 1625, e o título de fidalgo em 1634 e, em 1637, foi elevado Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, além de se tornar, como já foi dito, capitão donatário com posse hereditária das terras do Amapá.

7.4 O EXTERMÍNIO E A SUBJUGAÇÃO INDÍGENA

Com a destruição dos assentamentos, muitas das tribos indígenas que se relacionavam comercialmente com ingleses, irlandeses e holandeses na região do Amapá desapareceram e a causa maior é a mudança do modelo econômico, que deixa de ser extrativista (com intenções de se tornar fabril) para outro modelo baseado no tráfico de escravos indígenas, base da economia paraense no século XVII; assim, do Cumaú em diante, o amapaense autóctone passa a ser caça de Bento Maciel Parente, ao qual J de Lima descreve como:

“Este chefe indômito e feroz não se cansava de fazer aos Índios guerra de extermínio: perseguia com igual barbaridade aos aliados como os inimigos, os Índios pacíficos como os revoltosos. Debaixo do pretexto de novo projeto de sublevação, prendeu vinte e quatro chefes Tupinambás, e no mesmo dia e hora mandou-os cortar em pedaços pelos Tapuyas, seus implacáveis adversários, servindo-se assim do ódio, que entre si nutriam os Brasileiros, para subjugar e destruir.” (LIMA, J. I. de A. e. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores, Eduardo e Henrique Laemmert, Tomo I, 1843, p. 120)

7.5 O ABANDONO DA SANTANA E O TRATADO PROVISIONAL

A conquista de Santana em 1632 dá início ao que chamo de primeiro grande período de abandono, uma vez que Bento Maciel Parente era essencialmente um militar e permaneceu ausente de suas terras, sal-

tando de uma guerra para outra, escravizando indígenas, ignorando o comércio de especiarias, o plantio do tabaco e até mesmo a colonização do seu território, vindo a falecer em 1641 no Rio Grande do Norte após ser ferido em combate. Seu filho, de nome homônimo, herda as terras amapaenses e somente em 1658, 26 anos após a conquista de Santana, providencia junto à coroa o reparo das ruínas do Forte Cumaú edificando o Forte Cumaú português, treze anos após o falecimento de Bento Maciel Parente pai.

Seu neto, terceiro capitão donatário, Vital Maciel Parente também dá pouco caso das terras amapaenses, morre sem deixar herdeiros provavelmente em meados de 1680, retornando as terras amapaenses para a posse da Coroa que oito anos mais tarde, em 1688, finaliza o Forte Santo Antônio de Massapá erguido sobre as ruínas do antigo Cumaú Português.

Em 17 de novembro de 1678, no Tratado de Nimègue, a Espanha cede seus direitos pelo Cabo Norte (Amapá) para a França, anulando a concessão feita a Bento Maciel Parente. Um ano após sua edificação, em 1689, o Forte Santo Antônio de Massapá é invadido pelo governador da Guiana Francesa, o Marquês de Ferroles, em 31 de maio de 1697, mas foi reconquistado pelos brasileiros em 28 de junho de 1697.

O conflito provoca um arbítrio internacional produzindo o Tratado Provisional de Lisboa de 4 de março de 1700 que indica que o povoado permanecia vivo 68 anos após a conquista com a presença, além do Forte, de benfeitorias, de militares portugueses e de tribos indígenas uma vez que o Tratado Provisional determina que “se mandarão desemperrar e demolir pelo El rei de Portugal os Fortes de Araguay e de Comaü ou Massapa¹⁴ e retirar a gente e tudo o mais que neles houver e as aldeias

14 A redação dos documentos oficiais com os Timbres das Coroas Portuguesa e Francesa, tanto do Tratado Provisional de 1700, quanto o tratado de Utrecht de 1713, são obras de exclusiva redação lusitana e em ambos se lê Santo Antônio de Massapá e não Macapá. A redação “Macapá” se encontra na tradução francesa do Tratado provisional redigida em Versalhes, logo, uma cópia com erro de grafia. Ora, Macapá sequer existia, uma vez que seria fundada 58 anos após a redação do Tratado Provisional de 1700, então, salvo melhor juízo, entendo que o nome mais adequado de

de índios que os acompanham”. Seria a sentença de morte de Santana, mas há relatos que houve recomendações secretas da Coroa Portuguesa ao Capitão-Mor do Pará, Fernão Carrilho, para que ignorasse tais determinações. O certo é que o Tratado Provisional foi substituído pelo Tratado de Utrecht de 11 de abril de 1713, que reconhecia o domínio das terras amapaenses “do Oiapoque ao Amazonas” aos brasileiros. Era o reconhecimento internacional de nossa posse.

7.5.1 A CONSTITUIÇÃO DO POVOADO E SEU DESPRESTÍGIO

Dada a ausência de inimigos a se combater, a fortificação de Santo Antônio de Massapá vai perdendo funcionalidade e vive dali em diante sob condições precárias. Por tal motivo, em 1729 a sua guarnição foi deslocada a mando do governador paraense Antônio Marreiros para a Ilha de Santana¹⁵ no seu lado oeste, em frente a foz dos Rios Matapi e Vila Nova, onde foi instalado a Casa Forte da Ilha de Santana, tendo como comandante o capitão Manoel Maciel Parente.

Ao que tudo indica, o Forte Santo Antônio de Massapá permaneceu funcional mesmo com a implantação da Casa Forte, uma vez que em 1738 o governador paraense João de Abreu de Castelo Branco relata ao rei Dom João VI a situação difícil do Santo Antônio, resultando na

o denominar é Massapá evitando confusões de associar a Macapá acontecimentos que ocorreram em Santana.

- 15 Um dos textos mais difundidos sobre a origem de Santana narra a viagem do governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Após fundar a Vila de São José de Macapá, deparou-se com a Ilha de Santana elevando-a a categoria de povoado em 1758, dando a entender que nossa origem e fundação se deu na Ilha de Santana. Vejamos que em todas as datas que se queira optar como marco fundante, sejam os assentamentos ingleses de Sir Thomas Roe em 1612, Philip Purcell em 1629, Roger Fry em 1630, a conquista do Cumau em 1632, ou dos donatários Maciel Parente com os fortes Cumau Português em 1658 ou Massapá em 1688, todos os fatos históricos aconteceram na região continental. Institucionalidade europeia na ilha se inicia em 1729.

determinação da construção de um Fortim denominado Reduto Macapá erguido em 1739 onde 19 anos mais tarde seria erguida a Vila de Macapá.

O que explica tais movimentos é que, nessa época, o declínio do poderio português amplia o empenho espanhol em retomar o controle sobre Portugal resultando numa aliança política franco-espanhola: A França apoia a Espanha nas suas pretensões de reconquistar Portugal, e a Espanha reconhece o direito francês sobre o Amapá. Para agravar, o diminuto número de súditos portugueses na foz do Rio Amazonas amplia a fragilidade defensiva do nosso território.

Outro problema que poderia ensejar o questionamento da legitimidade da pertença portuguesa sobre o Amapá é que passados mais de um século da Conquista do Amapá na Batalha do Cumauí, não houve a implantação do estado formal com suas estruturas administrativas, a saber: governo provincial (estado) dividido em freguesias (municípios), vilas (sedes municipais) e povoados ou aldeias (distritos). Subsistia somente o destacamento militar de Santana a sustentar a fronteira e as populações originárias sem direito à cidadania espalhados nas imensidões amazônicas. Tal cenário exige uma mudança de política conduzida pelo Marquês de Pombal com vista a dissuadir uma nova invasão francesa em solo amapaense.

A política de Marquês de Pombal para a estruturação do estado de direito no Amapá foi conduzida pelo seu irmão, Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e fundador do Povoado de Santana. No seu desenho, os portugueses – e não os amazônidas – deviam governar e isso incluía criar novas sedes municipais (vilas) com habitantes portugueses em detrimento das originárias de reduções indígenas, jesuítas ou de aldeias indígenas, que era o caso de Santana.

Nesse contexto, fiel ao pensamento pombalino, a despeito do legado histórico de Santana, Macapá foi preparada para ser o novo centro das ações político-administrativas de Portugal no Amapá e a sua criação em 1758 já com *status* de vila (sede municipal) rebaixa Santana à condição de aldeia (distrito), condição que perduraria até 17 de dezembro de 1987. A cadeia foi deslocada da Casa Forte da Ilha de Santana para o então criado Forte de Faxina em 1761 onde passou a funcionar o Presídio de Santa Ana de Macapá. O centro do poder se deslocou para o norte.

A preocupação geopolítica do Marquês de Pombal não era em vão, pois em 1758, mesmo ano de fundação de Macapá e elevação de Santana a categoria de povoado português, a Espanha invade Portugal com apoio francês, iniciando a Guerra do Mirandou acelerando os esforços para a construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1782 e a ampliação da presença portuguesa na região com a criação da Vila Vistosa Madre de Deus em 1767 e Mazagão em 1777.

Após 1632 a Santana mestiça, que venceu as maiores potências do mundo da época, passou os futuros 126 anos isolada, como uma centelha de brasilidade defendendo as portas continentais da Amazônia brasileira para, em 1758, ser subordinada e incorporada à freguesia de Macapá, na condição de povoado, e então desaparece de documentos e da cartografia dos séculos seguintes e inicia o segundo período de ocaso e abandono, inclusive com tentativas de esvaziamentos. Daí em diante Macapá, mais estruturada, passa a assumir cada vez mais um protagonismo regional que culminaria séculos mais tarde com a sua elevação a capital do estado.

Por fim, é imperativo dar lugar de honra a este caboclo e lançar luz aos seus cuidados não correspondidos pela pátria, pelo seu zelo que permitiu, na solidão da nossa aurora, resistir tenazmente e garantir a perpetuação de nossa terra. Santana, teimosamente, insistiu em sobreviver apesar do desamparo que a sufocou pelos dois séculos seguintes, que só encerraria com o advento de seu Porto já nos anos 60 do século XX.

Ignorados, nascemos conectando o mundo com a Amazônia, ressuscitamos e vivemos para, novamente, integrar povos por nossos portos. E tem sido assim: por quatro séculos escoam de forma generosa pelas águas do Rio Matapi e Vila Nova, inundando o Amazonas e os mares que o mundo possa alcançar, a tenacidade, a resiliência e o amor de um povo como nosso legado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALÈS, Catherine; POUYLLAU, Michel. *El Dorado revisitado*. Revista Plural: antropologías desde América Latina y del Caribe, n. 5, 2020.
- AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- ARCELUS-ULIBARRENA, Juana Mary. *En torno a la difusión de la obra de D. Martín de Azpilcueta en el sur de Italia durante el siglo XVI*. Rilce. Revista de Filología Hispánica, v. 2, n. 1, p. 9-21, 1986.
- CARVAJAL, Gaspar de. ROJAS Alonso de. ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimentos do Rio das Amazonas*. trad. e notas de C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional. Brasileira. série 2ª. vol. 203, 1941.
- COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. *Receita e despesa do Estado do Brasil no Período Filipino. Aspectos Fiscais da Administração Colonial*. Dissertação de Mestrado inédita, UFPE, 1985
- DE LIMA, Tamara. *As Crônicas de Índias e os Primeiros Relatos da Conquista do Tawantinsuyu*. Revista Crítica Histórica, v. 5, n. 9, 2014.
- DENEVAN, William M. *Estimativa dos números indígenas da Amazônia em 1492*. Revista de Geografia Latino-Americana, vol. 13 não. 2, 2014, p. 207-221. Projeto MUSE, doi:10.1353/lag.2014.0036, disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/546693>, acessado em 20/3/2022.
- EDMUNDSON, George. *The Dutch on the Amazon and Rio Negro*. The English History Review (1/2). 1903-1904
- FERNÁNDEZ MORENTE. Guadalupe et al. *Diego de Lepe: descubridor de la costa brasileña entre el Amazonas y el Orinoco*. 2011.
- FIGUEIRA, Luís. *Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Gram Pará assim de paz como de guerra, contra o rebelde Holandês, Ingleses e Franceses, e outras nações*. disponível no site https://openlibrary.org/books/OL24609509M/Rela%C3%A7am_e_noticia_de_varios_sucesos_acontecidos_no_Brazil

- GERRITSZ, Hessel. *Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil, traduction par EJ BONDAM*. Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, v. 29, p. 97-179, 1907.
- GRENAND, Françoise. *Wayâpi-français: lexique français-wayâpi: Guyane française*. 1989.
- GRENAND, Pierre. *Les relations intertribales en Haute Guyane du XVII. siècle à nos jours*. Tese de Doutorado. Inst. d’Ethnologie, 1972.
- HARCOURT, Robert. *A Relation of a Voyage to Guiana*. The Hakluyt Society, 1926.
- HARRIS, C. Alexander. (ed.). *A Relation of a Voyage to Guiana by Robert Harcourt 1613: With Purchas’ Transcript of a Report Made in Harcourt’s Instance on the Marrawini District*. Routledge, 2017.
- HEMMING, John. *Red gold: the conquest of the Brazilian Indians*. Havard University Press, 1978.
- HULSMAN, L. A. H. C. *Nederlands Amazonia: Handel met indianen tussen 1580 en, v. 1680*, 2009.
- HULSMAN, L. A. H. C. *Rota comercial amazônica*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8 nº 95, agosto, 2013.
- IZQUIERDO LABRADO, Julio et al. *Los descubrimientos geográficos de Vicente Yáñez Pinzón*. 2010.
- IZQUIERDO LABRADO, Julio. *El descubrimiento del Brasil por Vicente Yáñez Pinzón: el Cabo de Santo Agostinho*. In. Huelva en su Historia X, Universidad de Huelva, 2005. Disponível em b15140118.pdf (uhu.es), acessado em 9/2/2022.
- JENSEN, De Lamar. *Renaissance Europe: age of recovery and reconciliation*. 2ª ed. [S.l.]: D.C. Heath. ISBN 0-669-20007-7 p. 345, 1992.
- LIMA, J. I. de Abreu. e. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores, Eduardo e Henrique Laemmert, Tomo I. 1843, disponível para download em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182894>
- LORIMER, Joice. *English and Irish Settlement on the River Amazon. 1550-1646* (Hakluyt Society, Second Series). Taylor and Francis. Edição do Kindle.

- LORIMER, Joyce. *O fracasso dos empreendimentos da Guiana Inglesa 1595-1667 e a política externa de Jaime I*. The Journal of Imperial and Commonwealth History. V. 21, n.1, p.1-30, 1993.
- LUCIVI, de A. E. *Carta Particolare dell Rio d'Amazone con la Costa sin al fiume Maranhan*. 1646 <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:cj82m385m>
- MANTÍN, Fernandez de Navarrete. *Colección de documentos inéditos para la historia de España Tomo III*. Publicado em Madrid, 1843, disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=11240>, acessado em 14/01/2022
- MATTHEWS, T G. *Memorial autobiográfico de Bernardo O'Brien*. Revista The Américas. 1970. disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25612196>, acessado em 23/9/2022.
- MCFARLANE, Anthony. *The British in the Americas 1480 -1815*. Routledge, 2014.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O Brasil na rota das especiarias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.
- NICHOLAS, E. *Proceedings and debates of the House of Commons in 1620 and 1621*. (Oxford, 1766) disponível em: <https://www.historyofparliamentonline.org/research/surveys/surveys-1604-1629>, acessado em: 17/4/2022.
- OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). *Fortificações da Amazônia*. In: ROCQUE, Carlos (org.). *Grande Enciclopédia da Amazônia* (6 v.). Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda, 1968.
- PARENTE, Bento Maciel. *Para conservar y aumentar la conquista y tierras del Marañon*. 1639 disponível em: <http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/import/franconie/frontiereset2.pdf>, acessado em 5/2/2022.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. Basto, AZEVEDO, Rafael Eduardo de (org) *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional, Lisboa 1892, disponível no site: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242845>, acessado em 23/3/2022.
- PINZÓN Y GANZINOTTO, José hernandez. *Vicente Yanez Pizón: Sus Viajes y descubrimientos*: MADRID IMPRENTA DELL MINISTERIO DA MARINA. 1920, Disponível em: [72018524.pdf](http://core.ac.uk/doi/pdf/10.13140/RG/2.2.14814.1) (core.ac.uk), acessado em 18/5/22.
- PRESCOTT, William Hickling; SECCOMBE, Thomas. *History of the Conquest of Peru*. Dent, 1908.

- RALEIGH, Walter. The discoverie of the large, rich and bewtiful Empyre of Guiana. Manchester University Press, 1997.
- RALEIGH, Walter. *Descoberta da Guiana de Sir Walter Raleigh*. Ashgate Publishing, Ltd., 2006.
- RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Barão do Questões de Limites: Guiana Francesa / Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. *Projeto de Pesquisa Histórica e Arqueológica Para Identificação do Forte Cumauí*. (“Hoje acontece o Seminário Forte Cumauí: História, Arqueologia e ...”) IEPA. Relatório Final, 2013.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. *Artigo Do Caribe ao Xingu – Amapá guarda vestígios do processo de ocupação da Amazônia*. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/do-caribe-ao-xingu-amapa-guarda-vestigios-do-processo-de-ocupacao-da-amazonia>, acessado em 28/3/2022.
- SANTOS PÉREZ, J. M. (2019). *La conquista y colonización de Maranhão-Grão Pará: el gran proyecto de la Monarquía Hispánica para la Amazonia brasileña (1580-1640)*. *Revista De Estudios Brasileños*, 6(11), 33-47. <https://doi.org/10.14201/reb20196113347>
- SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. ORG., *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. 1904, volume XXVI, disponível no site: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1907_00029.pdf, acessado em 1/1/2022.
- STAPELS, Geleyn Van. *Beschrijvingen van diverse locaties in het Caraïbisch gebied en journal van een reis van Vlissingen naar de Amazone, Guyana en het Caraïbisch gebied door Geleyn van Stapels, met vijf kaarten, 1629-1630*. <https://proxy.archieven.nl/o/044EFB086AEB451A89F695578BC13EC7>
- TAYLOR, Eva GR (Org.). *Os escritos originais e correspondência dos dois Richard Hakluyts: Volumes I-II*. Routledge, 2017, < <https://collections.mun.ca>> Disponível em: <https://collections.mun.ca/digital/collection/cns/id/57997>; acessado em 2/2/2022.

THEWLIS, John Charles. *The peace policy of Spain 1596-1600*. 1975. Tese de Doutorado. Universidade Durham, disponível em http://etheses.dur.ac.uk/8100/1/8100_5100.PDF

Tratado Provisional entre El-Rei O Senhor Dom Pedro II e Luiz XIV Rei DE França, para evacuação e demolição dos fortes que os portugueses tinham construído ao norte do Amazonas, desde o Cabo do Norte até ao Rio Oyapoc ou de Vicente Pinson, assignado em Lisboa a 4 de março de 1700. Acessado em 30 de maio de 2022, acessível em Biblioteca da Assembleia da Republica (parlamento.pt).

VIANA, Arthur, Org. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Tomo I* 1902. Disponível em: <https://books.google.com>, acessado em 24/12/2022.

WILLIAMS, Glyn; COSTLEY, Sofia. *Labirinto Ártico: A busca pela Passagem do Noroeste*. Univ of California Press, 2010.

WILLIAMSON, James Alexander. *English Colonies in Guiana and on the Amazon: 1604-1668*. Clarendon Press, 1923.

Santana da Amazônia, de Marlus Carvalho, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Pólen Natural 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em setembro de 2024, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

A migração humana para a Amazônia pré-histórica possui duas teorias dominantes: a mais aceita é que os primeiros humanos que habitaram nosso solo tenham se deslocado da América do Norte via estreito do Panamá e outra via marítima através da costa do Oceano Pacífico. Em ambos os casos, a ocupação paleoindígena se deparou com o maciço das Cordilheiras dos Andes e teve que contornar suas bordas para poder seguir para o interior do continente, utilizando os vales dos grandes rios ou bordeando o litoral Atlântico, se espalhando da Amazônia para todo o restante da América do Sul por volta de 11,2 mil anos atrás, o que indica que a ocupação do Amapá é uma das mais antigas do continente sul-americano.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

